

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2021

APROVAÇÕES

Câmara Municipal

Em 12 de Maio de 2022

Assembleia Municipal

Em 27 de Abril de 2022



ÍNDICE

ÍNDICE -----	1
I. Enquadramento Legal-----	2
II. Organização municipal e recursos humanos-----	6
III. Reporte Financeiro -----	7
1. Análise orçamental-----	8
1.1. Receita-----	15
1.1.1. Execução Orçamental da Receita -----	17
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal-----	19
1.2. Despesa -----	30
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa-----	30
1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal -----	35
1.2.3. Despesa na ótica dos Planos-----	52
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos -----	55
IV. Linhas de Intervenção -----	65
1. Educação e Cultura-----	65
2. Saúde e Qualidade de Vida-----	69
3. Desporto-----	70
4. Ação social-----	70
5. Segurança-----	71
6. Património Cultural -----	72
7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial -----	73
V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos-----	75
VI. Endividamento-----	77
VII. Poupança Corrente -----	81
VIII. Análise Patrimonial -----	82
1. Evolução da Situação Económica e Financeira -----	82
1.1. Análise ao Balanço-----	82
1.2. Análise à Demonstração de Resultados -----	86
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	89
Anexos às Demonstrações Financeiras-----	90



I. Enquadramento Legal

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

Assim, no estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2021, com base no novo diploma, para que a Assembleia Municipal os aprecie segundo o preceituado no número 2 do artigo 27.º do RJAL.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas;
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica,

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Handwritten signature and initials in blue ink.

financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, surge da necessidade de rever o modelo de gestão das finanças públicas e visa colmatar um conjunto de fragilidades verificadas no modelo anterior.

A aplicação do SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, designadamente:

a) Evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;

b) Conferir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;

c) Proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;

d) Proporcionar informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados ao Tribunal de Contas e as demais entidades de controlo e supervisão;

e) Proporcionar informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;

f) Permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;

g) Alcançar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Com a implementação do SNC-AP, pretende-se alcançar, um conjunto de expectativas, nomeadamente:

1- Promover a harmonização contabilística e uniformizar procedimentos;



- 2- Afastar um sistema contabilístico fragmentado e pouco consistente;
- 3- Alcançar a credibilidade das contas publicas, reforçando a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação financeira produzida;
- 4- Facilitar o controlo e a avaliação do desempenho dos organismos públicos;
- 5- Reforçar a confiança na solidez da Administração Pública.

O Relatório de Gestão é um instrumento importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do Município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os municípios em geral sobre os seguintes indicadores:

- *A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- *A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no*



que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;

- A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
- A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
- Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.

A análise aos indicadores referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2021, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada



apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- *Balanço;*
- *Demonstração dos resultados;*
- *Mapas de execução orçamental:*
 - *da Receita;*
 - *da despesa;*
 - *das Grandes Opções do Plano.*
- *Mapa de fluxos de caixa;*
- *Mapa de operações de tesouraria;*
- *Anexos às demonstrações financeiras;*
- *Caracterização da entidade;*
- *Certificação Legal de Contas;*
- *Demonstração das alterações no Património Líquido;*
- *Demonstração de desempenho orçamental;*
- *Anexo às demonstrações orçamentais.*

Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2021.

II. Organização municipal e recursos humanos

As competências da administração municipal são as definidas para o órgão executivo e respetivo presidente nos termos da lei, nomeadamente as previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, contando com o apoio instrumental da organização de diversas Unidades e Serviços.

O Município de Mogadouro, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, e nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente da educação, património, cultura, desporto, ação social, habitação,



proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, ordenamento do território entre outras, em 31 de dezembro de 2021, contava com 183 trabalhadores, distribuídos pelas diferentes unidades orgânicas.

Comparativamente ao ano de 2020, o saldo entre o número de entradas e saídas de efetivos, é negativo em uma unidade, na medida em que se registaram 7 saídas (2 por aposentação, 1 por licença sem vencimento e 4 por caducidade de contrato) e apenas 6 novas entradas (1 por mobilidade e 5 por procedimentos concursais).

Do total de 183 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional com 110 efetivos (60,11%), técnico superior com 30 efetivos (16,39%) e assistente técnico com 36 efetivos (19,67%).

Considerando o pessoal dos Gabinetes da Presidência e Vereação (3) registam-se 108 do género masculino e 78 do género feminino, sendo que o escalão etário onde se regista o maior número de trabalhadores é o de 55 aos 59 anos com 40, logo seguido do escalão dos 60 aos 64 anos com 34 efetivos, e dos 50 aos 54 anos com 27 efetivos.

Durante o ano de 2021, o Município de Mogadouro, enquadrou 6 estágios profissionais (quatro que terminaram e dois que iniciaram – PEPAL).

Porque a formação contínua visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários e agentes, em consonância com as políticas de desenvolvimento, inovação e mudança da administração autárquica, no ano de 2021, foram ministradas apenas um total de 54 horas de formação interna e externa. O número reduzido de horas de formação, deve-se essencialmente às medidas de combate à pandemia e consequente proibição de haver formações presenciais.

III. Reporte Financeiro

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível



interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Cabe neste capítulo, fazer uma análise destes três tipos de contabilidade (orçamental, financeira e de gestão), destacando as diferenças existentes entre os valores relativos a rendimentos e gastos, o que corresponde à contabilidade financeira e das receitas e despesas que corresponde à contabilidade orçamental.

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2021, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

1. Análise orçamental

Nos capítulos seguintes será efetuada uma análise do desempenho orçamental, financeiro, económico e de gestão, com base nas peças de execução orçamental e relato financeiro, ao exercício económico de 2021,

com destaque para os principais indicadores, efetuando-se a adequada comparabilidade com exercícios anteriores.

O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.

Quanto à receita, esta deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. Só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.

Já a despesa deve obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade.

Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais, são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.



O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;

- Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2021, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova



despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

Sem prejuízo dos modelos de demonstrações orçamentais relativas ao exercício de 2021, a seguir se apresenta uma análise às principais dimensões da execução da contabilidade orçamental.

Resumo do orçamento

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para **2021**, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro seguinte:

RESUMO DO ORÇAMENTO - INICIAL			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	12.942.445,00€	Correntes.....	10.985.000,00€
De Capital.....	9.993.563,00€	De Capital.....	11.951.008,00€
Total Geral	22.936.008,00	Total Geral	22.936.008,00€

Na sequência das necessárias, adequadas e legais alterações orçamentais produzidas durante a sua execução, resultou o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro infra:



RESUMO DO ORÇAMENTO - corrigido			
Receitas	Valor	Despesas	Valor
Correntes.....	12.942.038,78€	Correntes.....	10.925.000,00€
De Capital.....	6.427.100,76€	De Capital.....	12.836.792,00€
Outras a).....	4.392.652,46€		
a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência do exercício anterior			
Total Geral	23.761.792,00	Total Geral	23.761.792,00€

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro representado a seguir.

Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente as despesas, é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Designação	Orçamento 2021		Execução Líquida(c)	Desvio (b)-(c)	Grau de Execução (%)
	Inicial(a)	Final(b)			
Receitas	22.936.008,00	23.761.792,00	21.920.702,71	1.841.089,29	92,30%
Correntes	12.942.445,00	12.942.038,78	12.825.617,35	116.421,43	99,10%
Capital	9.993.563,00	6.427.100,76	4.702.433,30	1.724.667,46	73,20%
Outras	-	4.392.652,46	4.392.652,06	0,40	100,00%
Despesas	22.936.008,00	23.761.792,00	16.516.638,02	7.245.153,98	69,51%
Correntes	10.985.000,00	10.925.000,00	9.463.192,81	1.461.807,19	86,62%
Capital	11.951.008,00	12.836.792,00	7.053.445,21	5.783.346,79	54,95%

Face aos valores globais apresentados, verifica-se uma execução equilibrada entre a receita e a despesa, sendo que a execução global da receita traduz **92,30%**, garantindo o exigido no n.º 3 do art.º 56.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, uma taxa de execução não inferior a **85%**, em dois exercícios consecutivos.



A despesa paga totalizou **16.516.638,02€**, traduzindo uma execução de **69,51%** e um acréscimo de 2.431.850,22€, o que corresponde a **17,26%**, face ao ano de 2020.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, I.R.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial, situação que o SNC-AP, vem a alterar agora.

O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 3.362.424,54 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2021 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 2.351.011,91 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.



Recebimentos		Pagamentos	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	4.958.478,46€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	16.516.638,02€
Execução Orçamental	4.385.912,80€	Correntes	9.463.192,81€
Operações de Tesouraria	572.565,66€	Capital	7.053.445,21€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	17.534.789,91€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	154.277,95€
Correntes	12.825.617,35€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	6.180.495,59€
Capital	4.702.433,30€	Execução Orçamental	5.404.064,69€
Outras	6.739,26€	Operações de Tesouraria	776.430,90€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	358.143,19€		
TOTAL	22.851.411,56€	TOTAL	22.851.411,56€

Assim, como se constata, no ano 2021, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 22.851.411,56 euros.

Destaca-se o saldo transitado para 2022 (gerência seguinte) no valor total de 6.180.495,59 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 5.404.064,69 euros e operações de tesouraria o valor de 776.430,90 euros, valor que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2021. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2022 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

A título de **Operações de Tesouraria** foram recebidos, durante o ano de 2021, o valor de 358.143,19€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 572.565,66€. Saíram para as diversas entidades 154.277,95€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 776.430,90€.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.



Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas dez alterações permutativas e uma alteração modificativa ao Orçamento da Receita e 20 alterações permutativas e duas alterações modificativas ao Orçamento da Despesa.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, registou ao longo do ano duas alterações modificativas e 16 alterações permutativas e o Plano de Atividades Municipais 15 alterações permutativas e uma alteração modificativa.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 23.761.792,00€, dos quais foram cabimentados 22.832.351,26€, comprometidos 22.383.698,49€ e faturados 16.644.726,70€. Destes foram pagos 16.516.638,02€.

1.1. Receita

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas**, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente "RNAP", abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo considerada receita orçamental.



A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

A Receita total cobrada bruta totalizou **21.934.602,11€**, sendo que **152.591,17€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. A receita total cobrada líquida, deduzida dos reembolsos e restituições ocorridos, no valor de **13.899,40€**, totalizou **21.920.702,71€**.

Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **216.053,65€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **92,3%**.

No ano de 2021, **não considerando o saldo da gerência anterior**, a receita cobrada atingiu os 17.534.789,91 euros, verificando-se um aumento de 2.476.933,69 euros face ao ano de 2020.

O Quadro seguinte compara os valores orçamentados com os valores efetivamente realizados, traduzindo a taxa de execução de cada uma das rubricas.

Decompondo a receita global, temos que 58,5% dizem respeito a receitas correntes, 21,5% se referem a receitas de capital e 20,00% a outras receitas. Nas primeiras, assumem maior peso as transferências correntes, seguindo-se os impostos diretos e a venda de bens e serviços correntes, três rubricas que por si só representam cerca de 54,75% das receitas totais cobradas (saldo da gerência anterior incluído).

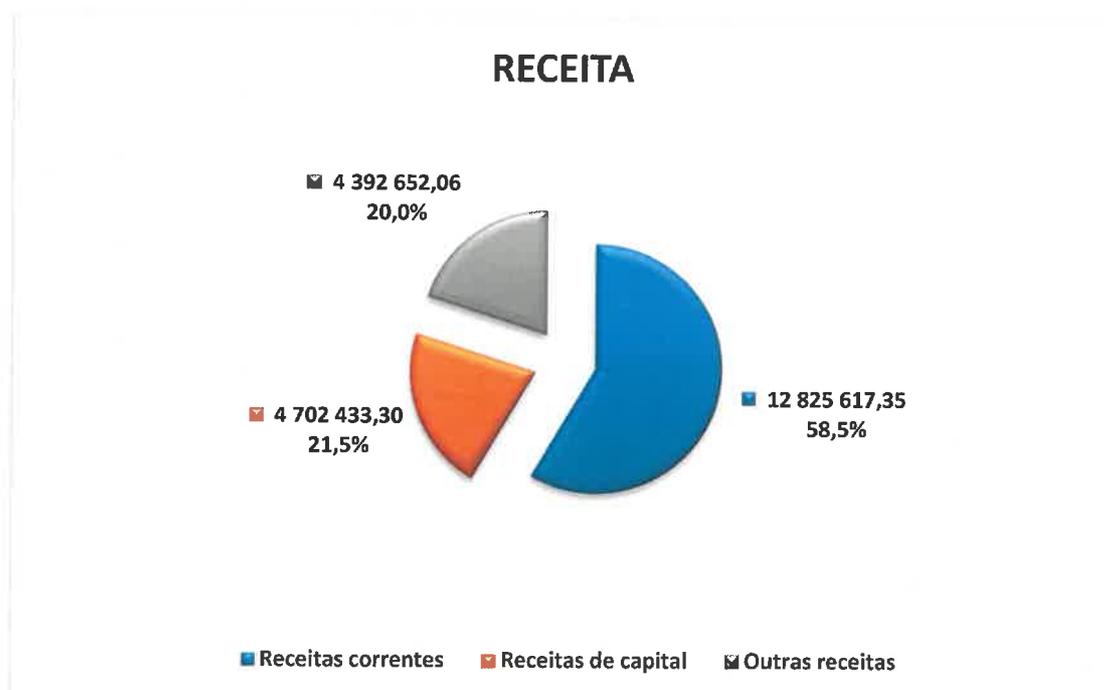
No que diz respeito à execução, a Receita Corrente teve uma taxa de 99,1%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 73,2%, resultante da alteração feita no final do ano, portanto com as previsões corrigidas. Quanto à Despesa e tendo também em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 86,6% na corrente e 54,9% na de Capital.

O Orçamento para 2021 apresentava um valor de 22.936.008,00€ para a dotação inicial prevista, tendo o valor para a dotação final sido alterado

para 23.761.792,00 euros, resultando da sua desagregação, os valores de 12.942.038,78€ nas receitas correntes e que sofreram apenas uma redução de 406,22 euros, 6.427.100,76€ nas receitas de capital que tiveram uma variação considerável de 3.566.462, 24 euros, e 4.392.652,46€ nas outras receitas, resultante de alteração modificativa ao orçamento pela inclusão do saldo da gerência anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

1.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.



Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.



Handwritten initials and the number 807.

Receitas - 2020

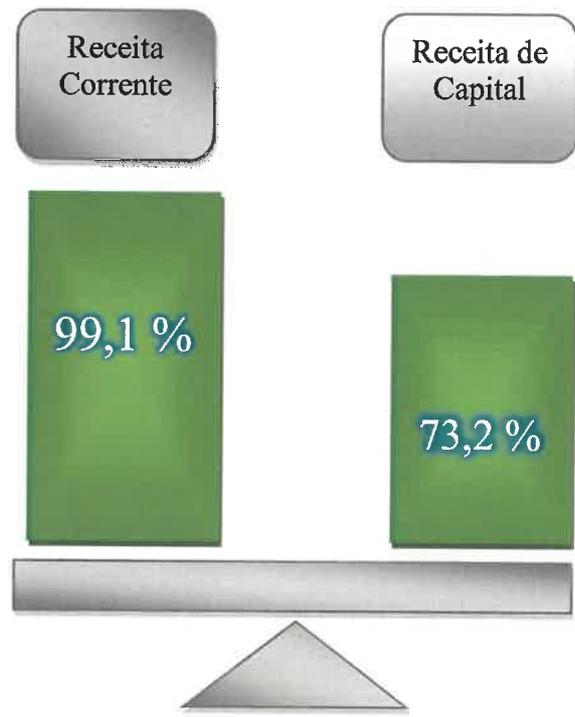
Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	11.881.769,00 €	11.881.769,00 €	11.776.487,15 €	99,11%
Capital	9.465.099,00 €	4.626.603,86 €	3.277.703,31 €	70,84%
Outras	0,00 €	3.416.595,14 €	3.416.510,14 €	100,00%
TOTAL	21.346.868,00 €	19.924.968,00 €	18.470.700,6 €	92,7%

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento considerável quer na receita corrente no valor de 1.049.130,20€, quer na recita de capital no valor de 1.285.923,16 euros.

A **taxa de execução global da receita**, mesmo com o valor do saldo da gerência anterior é de 92,30%, significando que mesmo com um valor total muito superior, regista menos 0,40% que no ano de 2020.

Nas duas vertentes os valores são muito superiores, mas apenas a taxa de execução da **receita de capital** é superior à do ano transato, conforme retratado no esquema seguinte.

Taxas de Execução da Receita - 2021



1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

RECEITAS CORRENTES

Tendo em conta que as receitas correntes são aquelas que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 12.825.617,35€ e em regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se infere pelo quadro seguinte, face ao ano de 2020, houve uma variação positiva de 8,9%, no total das receitas correntes cobradas, explicado pelo maior valor arrecadado em todas as rubricas com principal incidência nas transferências correntes, com exceção dos rendimentos de propriedade que sofreram uma ligeira redução.

Descrição	2021				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Receitas correntes					
IMPOSTOS DIRETOS	1.042.861,00 €	1.042.305,40 €	8,13	4,75	99,95
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	686.389,00 €	686.323,45 €	5,35	3,13	99,99
Imposto Único de Circulação	178.563,00 €	178.184,27 €	1,39	0,81	99,79
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	177.879,00 €	177.797,68 €	1,39	0,81	99,95
Impostos Abolidos e outros	20,00 €	0,00 €	-	-	-
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	153.589,00 €	135.031,71 €	1,05	0,62	87,92
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	592.053,00 €	587.844,47 €	4,58	2,68	99,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.074.387,78 €	10.043.678,81 €	78,31	45,82	99,70
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	9.039.829,00 €	9.039.829,00 €	70,48	41,24	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,39	0,81	100,00
Participação Fixa no IRS	134.689,00 €	134.689,00 €	1,05	0,61	100,00
Participação no IVA	70.776,00 €	70.775,62 €	0,55	0,32	100,00
Outras	651.297,78 €	620.589,19 €	4,84	2,83	95,28
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	951.594,00 €	915.710,20 €	7,14	4,18	96,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127.554,00 €	101.046,76 €	0,79	0,46	79,22
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.942.038,78 €	12.825.617,35 €	100,00	58,51	99,10

Neste grupo distinguem-se com larga vantagem, as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 9.039.829,00 euros.



Mais uma vez, de acordo com o quadro anterior, constatamos que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta assume por si só, um peso de 78,31% do total das Receitas Correntes e 45,82% do total geral, muito longe de todos os outros conjuntos de receita.

Em termos relativos, o aumento das receitas próprias em 2021 resulta do crescimento generalizado em todos os grupos de receita com as receitas provenientes dos impostos diretos a crescerem 6,37%, as taxas, multas e outras penalidades 3,3%, as transferências correntes 8%, a venda de bens e serviços 35,4% e as outras receitas correntes a registarem o crescimento de 10,1% quando comparados com os registados em 2020. Em contraciclo e também em termos absolutos, o decréscimo deve-se apenas às receitas provenientes dos rendimentos de propriedade onde se verificou uma redução de 1,4%.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.

IMPOSTOS DIRETOS

Da análise da evolução da receita própria, proveniente de Impostos Diretos cobrados, verificamos que representam 8,13% do total das receitas correntes, e 4,75% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 99,95%, o que equivale a um acréscimo de 6,37% no decurso do exercício de 2021 face a 2020 como atrás referido, equivalente a 62.402,21 euros, conforme detalhe que se segue.



Descrição	2021	2020	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	1.042.305,40	979.903,19	62.402,21	6,37
- Imposto Municipal s/ Imóveis	686.323,45	680.416,56	5.906,89	0,87
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	178.184,27	173.917,52	4.266,75	2,45
- Imposto Único de Circulação	177.797,68	125.163,73	52.633,95	42,05
- Outros abolidos por lei	0,00	405,38	-405,38	

Destaca-se o facto de estas rubricas, serem objeto de regras orçamentais, pois as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos diretos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este conjunto revela uma execução de **135.031,71** euros, correspondendo a 1,05% da receita corrente total e um grau de execução de **87,09%** e engloba a cobrança de várias taxas. Tratando-se de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.

Com maior destaque, cabe aqui a rubrica do saneamento, com o valor nominal de 78.542,12 euros que registou um acréscimo próximo dos 8 mil euros e representa 58,17% do total, aos mercados e feiras o valor de 14.831,00 euros, as taxas de loteamento e obras o valor de 14.121,81 euros, cabendo à cobrança de outras taxas diversas, o valor de 24.002,92 euros, o valor restante deste grupo.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo, regista um decréscimo de 1,4% e 8.306,94 euros, face a 2020, apresentando no final de 2021 um total de 587.844,47 euros.

Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da Movhera e E-Redes, Distribuição de Eletricidade, S.A. pela concessão,



bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Este capítulo regista uma taxa de execução de 99,3%, contribuindo assim com 4,58%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações das Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

Descrição	2021	2020	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Taxas, Multas e O. Penalidades	135.031,71	130.734,70	4.297,01	3,29
Rendimentos de Propriedade	587.844,47	596.151,41	-8.306,94	-1,40

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2021.

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

São parte integrante as transferências do Orçamento do Estado o (FEF, FSM, IRS e a participação no IVA). Verifica-se um acréscimo no FEF – Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 666.182,00 euros, correspondente a 7,96%. Quanto ao valor do Fundo Social Municipal e da Segurança Social, verificamos que não houve qualquer alteração de valor, enquanto ao nível da participação fixa no IRS, aumentou face ao ano 2020 a percentagem de 3,82% o equivalente a 4.961,00 euros.

Resumindo, com exceção da rubrica Participação no IVA que teve uma quebra de 10.769,61 euros, correspondente a 13,21%, todas as outras registaram variações positivas, sendo que em termos reais, o Fundo de Equilíbrio Financeiro foi o que registou o maior acréscimo.



Na rubrica "Serviços e Fundos Aut nomos", são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade e ainda o valor pelo PEPAL, transferido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

As transferências correntes em 2021 com um total de 10.043.678,81 euros, tiveram um aumento global de 7,98% em relação ao ano transato, o equivalente a 742.079,04 euros, conforme mapa que se segue.

Descrição	2021	2020	Var. É	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	10.043.678,81	9.301.559,77	742.079,04	7,98
Empresas Públicas	264.750,50	261.602,08	3.148,42	1,20
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	9.039.829,00	8.373.647,00	666.182,00	7,96
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00	177.796,00	0	0
Participação Fixa no IRS	134.689,00	129.728,00	4.961,00	3,82
Participação no IVA	70.775,62	81.545,23	-10.769,61	-13,21
Outros	211.035,33	148.588,85	62.446,48	42,03
Serviços e Fundos Aut�nomos	132.953,84	116.803,09	16.150,75	13,83
Segurança Social	11.849,52	11.849,52	0,00	-

A rubrica "Outros" regista um crescimento substancial em relação a 2020, e contempla as receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (112.595,94 ) inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1  ciclo e pré-escolar, do Ministério da Administração Interna (24.461,44 ) para eleições e recenseamento eleitoral, do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (13.806,79 ) destinado ao Gabinete do Fundo Florestal Permanente, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (19.188,00 ), para o apoio   elaboração da estratégia local de habitação, e também da Agência para o



Desenvolvimento e Coesão I.P. (40.983,16€), relativo ao financiamento do projeto designado por Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.

O valor registado na “Empresas Públicas”, diz respeito a transferências provenientes da MOVHERA – Hidroelétricas do Norte, S.A., pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (264.750,50€), e o da rubrica “Sistema de Solidariedade e Segurança Social”, do Instituto da Segurança Social, I.P. com 11.849,52€ para funcionamento do CPCJ, o primeiro com aumento de 3.148,42€, e o segundo com valor a não sofrer qualquer alteração em relação ao último ano.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados, o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

A estas receitas, estão subjacentes preços que deveriam corresponder a valores sensivelmente idênticos aos custos de aquisição dos bens ou serviços vendidos.

Descrição	2021	2020	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	915.710,20	676.349,74	239.360,46	35,39
Mercadorias	646,35	169,20	477,15	282,00
Produtos acabados intermédios-Água	249.335,81	219.552,35	29.783,46	13,57
Serviços sociais, recreativos e culturais	34.224,45	14.500,28	19.724,17	136,03
Serviços específicos das autarquias	592.659,49	398.988,72	193.670,77	48,54
Rendas	38.136,50	42.071,59	-3.935,09	-9,35
Outros	707,60	1.067,60	-360,00	-33,72



Estas receitas, tiveram no seu conjunto um acréscimo de 35,39%, face ao ano de 2020, correspondente ao valor de 239.360,46 euros, totalizando 915.710,20 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 96,2%.

Como se pode verificar pelo mapa supra, todas as rubricas tiveram um aumento considerável, aproximando-se dos valores anteriores à pandemia, resultante do facto de terem terminado as isenções de pagamento de taxas municipais deliberadas pela Câmara Municipal.

Nota-se uma subida no conjunto dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, por via do regresso lento à normalidade e consequente abertura dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes pagantes, como ginásios, piscinas e cinemas entre outras que durante vários meses estiveram encerrados como medida de apoio no combate à pandemia impostas pelo Governo.

As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rubricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação à primeira, ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação à segunda, mas principalmente pelo encerramento das escolas a que estiveram obrigadas, ainda no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

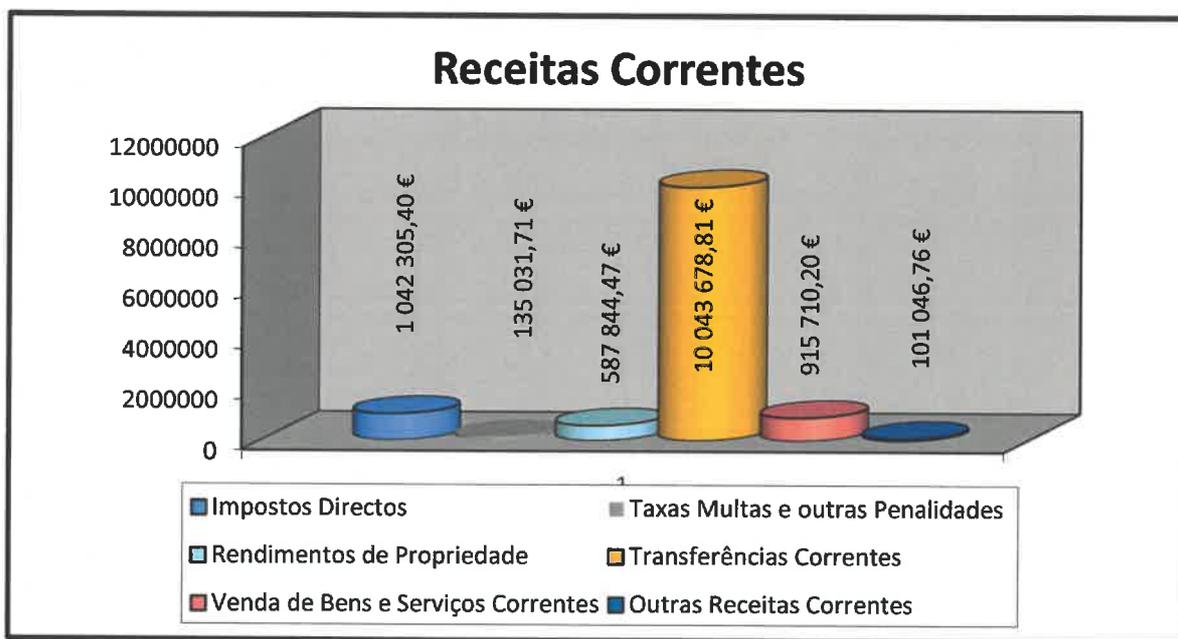
OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 101.046,76€, sendo que mais de 71%, diz respeito ao IVA reembolsado (72.056,07€) e o restante, a receitas diversas no montante 28.990,69€, relativas a revalidações de cartas de condução, a indemnizações pagas por companhias de seguros e o reembolso do pagamento dos custos

com a eletricidade do edifício onde funciona a Conservatória dos Registos Centrais.

Este agregado teve uma execução de 79,2% face aos valores previstos e uma variação negativa de 10,09% comparativamente ao ano anterior.

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente à estrutura e evolução das receitas de capital importa evidenciar os seguintes agregados, pela sua materialidade:

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 73,20% face à receita de capital corrigida.

A participação comunitária em projetos financiados, destaca-se neste grupo, atingindo 2.574.721,43 euros e uma taxa de execução de 69,3%.



Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos, conforme espelha o quadro seguinte:

Descrição	2021				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Venda de bens de investimento	93.176,00 €	73.358,46 €	1,56	0,33	78,73
Transferências de capital	6.332.824,76€	4.629.074,84 €	98,44	21,12	73,10
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Outras receitas de capital	1.110,00 €	0,00 €	0,00	0,	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.425.900,76 €	4.702.433,30€	100,00	21,45	73,18%

As receitas de capital cobradas, tiveram um crescimento de 43,47% em relação ao ano de 2020, justificado essencialmente pelo contributo dos fundos comunitários, na medida em que a venda de bens de investimento embora registe crescimento com taxas de execução mais elevada, o valor é manifestamente baixo.

Venda de Bens de Investimento

Esta rubrica registou o valor de 73.358,46 euros, correspondentes à venda de 9 lotes de terreno da Zona Industrial.

Transferências de Capital

Esta rubrica constitui a principal componente da Receita de Capital e integra para além das receitas proveniente do Orçamento de Estado – FEF Capital que foi de 1.004.425,00 euros, e a receita prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013 no montante de 1.012.352,00 euros, o correspondente a participações dos projetos através de fundos comunitários no valor 2.574.721,43 euros que a seguir se indicam:



- ✓ Rede de Castros - Castelo de Vilarinho dos Galegos – 116.512,50 euros;
- ✓ Reabilitação de habitações sociais do antigo bairro do FFH e eficiência energética - 916.759,98 euros;
- ✓ Reabilitação do edifício Escola Preparatória Trindade Coelho – Adaptação da Cantina Escolar – 329.745,46 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro – 840.176,92 euros;
- ✓ Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones – 210.928,38 euros;
- ✓ Construção de abrigos para paragens de autocarros – 52.955,87 euros;
- ✓ Reabilitação energética e funcional da Piscina Coberta – 77.507,32 euros;
- ✓ Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal - 30.135,00 euros;

Os **Fundos Comunitários**, recebidos em 2021, e tendo em conta o saldo do ano anterior, representam 11,75% da receita total.

Ainda dentro das transferências de capital, regista-se o valor de 37.576,41 euros provenientes do Fundo do Baixo Sabor, para comparticipação nas obras de Ligação da E.M.593 a Paradela – Beneficiação e retificação da E.M. 593 entre Remondes e a E.N. 216, com 29.439,96€ e o projeto da obra Sabor Lake Resort com 8.136,45 euros.

Outras Receitas de Capital

Este agrupamento de receitas não regista qualquer movimento.

Também as restantes rubricas que compõem este grupo “Receitas de Capital”, não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros.

Evolução dos Fundos Estruturais - 2011/2021



Analisando a receita a título de **Fundos Estruturais** verificamos que atingiu o pico em 2011, caindo três anos consecutivos, para em 2015 se verificar uma retoma seguida por reduções para níveis mínimos em 2017, voltando a registar depois crescimentos consecutivos, resultando em 2021 num aumento superior a um milhão de euros quando comparado com o ano anterior. A este facto, não é alheio, o fim de uns programas e o início de outros, e que tendo em conta o número de candidaturas aprovadas e principalmente as aprovadas mais recentemente ou candidatadas para aprovação, permite-nos pensar que nos próximos anos se continue a registar crescimento nesta vertente.

RECEITA TOTAL

Descrição	2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.586.978,45	84,11	11.776.487,15	78,23	12.825.617,35	73,17
Receita Capital	2.189.253,90	15,89	3.277.703,31	21,77	4.702.433,30	26,83
Total de Receitas	13.776.232,35	100	15.054.190,46	100	17.528.050,65	100



Mesmo não considerando o saldo do ano anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos, verificamos que o valor total vem crescendo gradualmente, registando este ano um acréscimo considerável de 2.473.860,19 em relação ao último ano e 3.751.818,30 euros em relação a 2019 euros, o que corresponde a 16,43% e 27,23% respetivamente.

1.2. Despesa

A **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

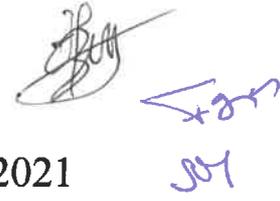
Neste relatório vamos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas que a instituição efetua de forma continuada para garantir o seu funcionamento. São permanentes e constantes no seu compromisso, sob pena dos prejuízos que possam causar a curto, médio ou longo prazo, quer para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos a que se propõe, quer para a população em geral, porque esta não pode deixar de usufruir, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis.

Quanto à despesa de capital ou de investimento tem a particularidade de ser descontínua, na medida em que tem uma data para se dar início e



uma outra para se concluir. São estes investimentos que permitem à Autarquia expandir e melhorar os serviços públicos e assim contribuir para o bem-estar da população, ao contrário da despesa corrente, que através dela apenas é garantida a manutenção e funcionalidade desses serviços. Conclui-se assim, que toda a despesa de capital, pela utilização dos recursos que a mesma envolve, culmina com um aumento da despesa corrente.

Assim, verificamos que a taxa de execução alcançada na despesa foi de **69,51%** e o valor pago foi de **16.516638,02**, revelando então um acréscimo de **17,27%**, correspondente ao valor de **2.431.850,22** euros face ao ano anterior.

Tendo em conta o saldo transitado para o ano de 2022, como se verá a seguir, mais uma vez, problemas como a pandemia que se prolongou durante o ano findo e conseqüente atraso na concretização de alguns projetos, impediram um melhor desempenho em termos globais, não sendo portanto pela capacidade financeira que não se atingiram melhores taxas de execução.

Os mapas que a seguir se apresentam, possibilitam através dos dados disponíveis, uma avaliação sob diferentes óticas, bem como o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano em análise.

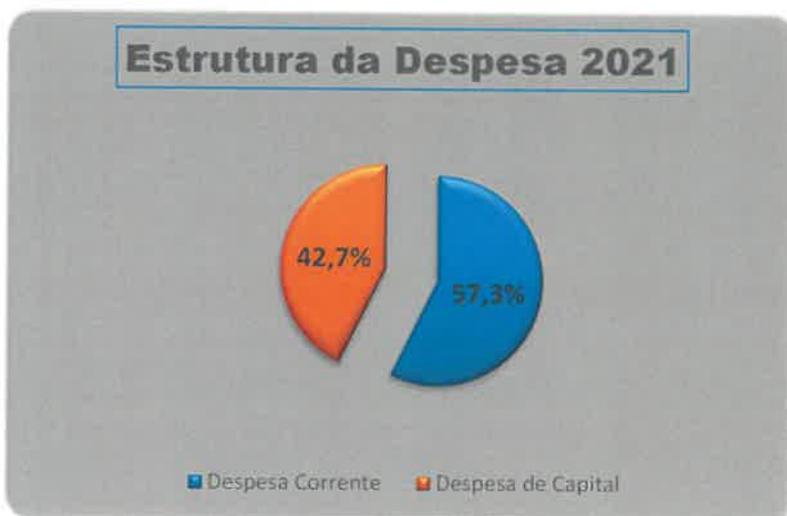
DESPEASAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2021	<i>Correntes</i>	10.985.000,00	10.925.000,00	9.463.192,81	86,62%
	<i>Capital</i>	11.951.008,00	12.836.792,00	7.053.445,21	54,95%
	Total	22.936.008,00	23.761.792,00	16.516.638,02	69,51%
2020	<i>Correntes</i>	10.756.204,00	10.191.704,00	8.973.150,76	88,04%
	<i>Capital</i>	10.590.664,00	9.030.603,00	5.111.637,04	52,52%
	Total	21.346.868,00	19.924.968,00	14.084.787,80	70,69%



Sendo certo que o Município de Mogadouro, enquanto grande consumidor de bens e serviços, impulsiona toda a economia local, estimula o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

De acordo com o mapa anterior, as despesas correntes totalizaram 9.463.192,81 euros atingindo uma taxa de execução de 86,62%, enquanto as despesas de capital se ficaram pelos 7.053.445,21 euros e uma taxa de execução de 54,95%.

Da análise comparativa destes valores com os de 2020, verifica-se que a variação é positiva nas duas vertentes, com especial ênfase na de capital, apresentando assim o aumento de 490.042,05€ nas despesas correntes e 1941.808,17€ nas despesas de capital.



As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 57,3% em vez dos 63,7% do ano anterior, representando as despesas de capital um peso de 42,7%, contra os 36,3% do ano

anterior, o que significa um maior equilíbrio entre as duas componentes.

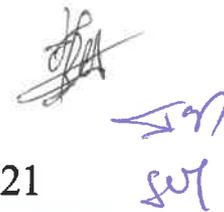
Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.



Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançado, ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2021, atingiram 6.180.495,59 euros, desagregados em execução orçamental 5.404.064,69 euros e operações de tesouraria 776.430,90 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 21.920.702,71 euros e uma percentagem de execução de 92,25%.

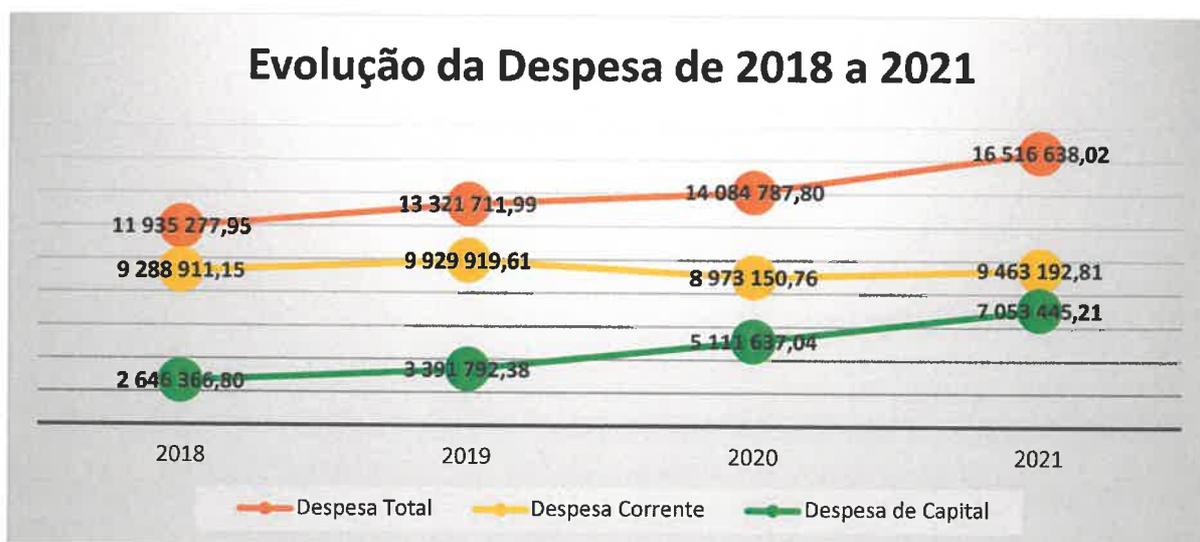
Descrição	2021				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESPESAS COM PESSOAL	3.940.791,00	3.631.532,64	38,37%	21,99%	92,15%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	5.114.459,00	4.046.987,96	42,77%	24,50%	79,13%
Aquisição de Bens	1.084.161,00	851.462,56	9,00%	5,15%	78,54%
Aquisição de Serviços	4.030.298,00	3.195.525,40	33,77%	19,35%	79,29%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.610,00	1.437,54	0,02%	0,01%	55,08%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	1.813.390,00	1.735.878,92	18,34%	10,51%	95,73%
SUBSÍDIOS	100,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	53.650,00	47.355,75	0,50%	0,29%	88,27%
TOTAL DESP. CORRENTES	10.925.000,00	9.463.192,81	100,00%	57,30%	86,62%



O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi inferior ao valor apresentado em 2020 num total de 490.042,05€ correspondente a um acréscimo de 5,46%, e uma taxa de execução de 86,62% e traduzido em 57,29% da despesa total.

Descrição	2021	2020	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESPESAS COM PESSOAL	3.631.532,64	3.537.604,84	93.927,80	2,65
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.046.987,96	3.859.286,68	187.701,28	4,86
Aquisição de Bens	851.462,56	767.207,58	84.254,98	10,98
Aquisição de Serviços	3.195.525,40	3.092.079,10	103.446,36	3,35
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.437,54	1.498,16	-60,62	-4,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.735.878,92	1.509.481,38	226.397,54	15,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.355,75	65.279,70	-17.923,95	-27,46
TOTAL DESPESA CORRENTE	9.463.192,81	8.973.150,76	490.042,05	5,46

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:



Conforme resulta da análise do gráfico supra, com exceção das despesas correntes em 2020 que sofreram uma redução significativa pelas razões já explicadas, constatamos um aumento progressivo nos últimos quatro anos, sendo que 2021 regista o montante geral mais elevado, embora a despesa corrente continue abaixo do maior valor gasto que ocorreu em 2019.



1.2.2. Evolução e estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2021, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

Estrutura	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES	77,8%	74,5%	63,7%	57,30%
Despesas com pessoal	22,7%	27%	25,1%	21,99%
Aquisição de bens e Serviços	43%	37,4%	27,4%	24,50%
Juros e outros encargos	0%	0%	0%	0,01%
Transferências Correntes	111%	9,7%	10,7%	10,51%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	1,1%	0,4%	0,5%	0,29%
DESPESAS DE CAPITAL	22,2%	25,5%	36,3%	42,70%
Aquisição de bens de capital	13,3%	18,4%	32,4%	38,88%
Transferências de capital	2,4%	2%	1%	2,30%
Ativos financeiros	0,6%	0,4%	0,1%	0%
Passivos financeiros	5,8%	4,7%	2,8%	1,52%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
TOTAL DA DESPESA	100%	100%	100%	100%



DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 2,65%, que correspondem ao valor de 93.927,80 euros.

Descrição	2021	2020	Variação	Variação
Despesas Correntes	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	€	%
Despesas com Pessoal	3.631.532,64 €	3.537.604,84 €	93.927,80 €	2,65
Remunerações Certas e Permanentes	2.773.515,41 €	2.651.733,06 €	121.782,35 €	4,59
Abonos Varáveis ou Eventuais	63.655,63 €	65.955,92 €	-2.300,29 €	-3,49
Segurança Social	794.361,60 €	819.915,86 €	-25.554,26 €	-3,12

As **“remunerações certas e permanentes”** são o agregado com maior relevância e refletiu uma variação positiva de 121.782,35€ relativamente a 2020.

Os **“abonos variáveis ou eventuais”** registaram decréscimo de apenas 2.300,29 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.

Também a rubrica da Segurança Social, relacionada com os agregados anteriores, regista uma diminuição na despesa no valor de 25.554,26 euros em relação a 2020, sendo que foram os encargos com saúde, a rúbrica que maior redução sofreu, com outras a registarem oscilações quer positivas quer negativas.

Neste agregado são contabilizadas as despesas com as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários. De referir que são as autarquias



que suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares, funcionando a ADSE apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde e outros prestadores de cuidados de saúde.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da "Aquisição de bens e serviços", que representaram 42,77% deste tipo de despesa e 24,5% da despesa total.

É neste grupo que estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de caráter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população em geral.

Descrição	2021	2020	Varição	Varição
Despesas Correntes	Despesa Paga	Despesa Paga	€	%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.046.987,96€	3.859.286,68€	187.701,28	4,86
Aquisição de Bens	851.462,56€	767.207,58€	84.254,98	10,98
Combustíveis e Lubrificantes	203.606,24€	207.176,61€	-3.570,37	-1,72
Limpeza e Higiene	29.981,06€	26.471,27€	3.509,79	13,26
Alimentação – refeições confeccionadas	11.167,60€	11.056,33€	111,27	1,01
Alimentação – Géneros p/ confeccionar	53.412,03€	30.460,92€	22.951,11	75,35
Vestuário e artigos pessoais	10.843,16€	18.298,86€	-7.455,70	-40,85
Material de escritório	38.488,22€	22.613,98€	15.874,24	70,20
Produtos Químicos e farmacêuticos	52.051,64€	39.184,48€	12.867,16	32,84
Material de consumo clínico	1.530,00€	3.206,26€	-1.676,26	52,28
Material de Transporte - Peças	36.646,76€	28.379,77€	8.266,99	29,13
Material de consumo hoteleiro	855,08€	908,89€	-53,81	-5,92
Outro material - Peças	10.422,52€	9.192,91€	1.229,61	13,38
Prémios condecorações e ofertas	27.477,49€	29.809,41€	-2.331,92	-7,83
Mercadorias para venda - Água	13.223,78€	14.303,38€	-1.079,60	-7,55
Ferramentas e utensílios	14.269,87€	13.039,27€	1.230,60	9,44
Artigos honoríficos e de decoração	1.174,65€	0,00€	1.171,65	100
Material educação, cultura e recreio	12.050,57€	12.248,39€	-197,82	-1,62
Outros	334.261,89€	300.856,85€	33.405,04	11,10



Aquisição de Serviços	3.195.525,40€	3.092.079,10€	103.446,30	3,35
Encargos de Instalações	523.880,06€	539.498,01€	-15.617,95	-2,90
Limpeza e higiene	676.290,01€	702.300,78€	-26.010,77	-3,70
Conservação de bens	252.461,69€	210.955,22€	41.506,47	19,67
Locação de Edifícios	30.000,00€	29.375,00€	625,00	2,13
Locação de outros bens	134.732,76€	85.383,26€	49.349,50	57,80
Comunicações	120.326,10€	109.871,48€	10.454,62	9,51
Transportes	286.489,67€	272.551,22€	13.938,45	5,11
Representação de serviços	4.054,25€	2.038,82€	2.015,43	98,85
Seguros	49.579,09€	45.643,72€	3.935,37	8,62
Deslocações e estadas	61,37€	0,00€	61,37	100
Estudos, pareceres e consultadoria	100.473,01€	181.272,27€	-80.799,26	-55,43
Formação	10.288,25€	0,00€	10.288,25	100
Publicidade	66.648,90€	49.328,99€	17.319,91	35,11
Vigilância e segurança	143.197,12€	121.044,24€	22.152,88	18,30
Assistência técnica	45.017,60€	40.313,10€	4.704,50	11,67
Outros trabalhos especializados	159.906,21€	167.083,09€	-7.176,88	-4,30
Encargos de cobrança de receitas	39.226,73€	34.637,50€	4.589,23	13,25
Outros Serviços	552.233,95€	500.332,40€	51.901,55	10,37

O quadro anterior, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2021, cujo valor global atingiu os 4.046.987,96 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa aumentou 187.701,28 euros, em termos absolutos e 4,86% em termos relativos.

Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 851.462,56 euros, que aumentaram também em 84.254,98 euros, o que corresponde a 10,98%, em relação a 2020, merecendo especial destaque os valores despendidos com "Outros Bens" com 334.261,89 euros, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 203.606,24 euros, e os "Alimentação – Géneros para confeccionar" com um total de 53.412,03 euros.

Na rubrica "Outros Bens", está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar



na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

A soma destas três rubricas representa 69,44% dos valores pagos em 2021, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual, destacando-se aqui apenas os 52.051,64 euros gastos na rubrica "Produtos Químicos e Farmacêuticos", os 38.488,22 euros com "Material de Escritório" e os 36.646,76 euros com "Material de Transporte - Peças".

Relativamente à rubrica "Aquisição de Serviços", evidencia despesas totais de 3.195.525,40 euros registando um acréscimo de 3,35% em relação a 2020, o que corresponde a 103.446,30 euros.

Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca é mais uma vez a de "Limpeza e Higiene" com um total de 676.290,01 euros, destinados ao pagamento da limpeza e recolha de lixo que regista uma ligeira redução em relação ao ano anterior.

Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de "Outros Serviços" com um total de 552.233,95 euros, superior a 2020 em 51.901,55 euros. Tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rúbrica própria e de natureza diversa, designadamente os custos com a iluminação pública no valor de **385.813,85€**, a prestação de serviços com pessoal no Posto de Turismo, com 22.358,64€, com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 37.379,70€, o serviço de leitura de contadores no valor de 18.330,26 euros, entre outros de menor valor o pagamento pela presença nas mesas de voto, no valor de 11.263,41 euros.

Surge logo de seguida a rubrica "Encargos de instalações", também ela significativa e que encerrou o ano com quantias pagas no valor de 523.880,06 euros, e foram gastos exclusivamente no pagamento de eletricidade das instalações, à EDP.



A despesa com "Transportes", também ela significativa, e com valor superior em 13.938,45 euros em relação ao ano de 2020, regista um total de 286.489,67 euros, e representa 8,96% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

A "Conservação de bens" com 252.461,69€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis e a "Vigilância e Segurança" no valor de 143.197,12€ e destinado á segurança dos edifícios municipais, merecem também algum destaque pelo montante envolvido.

Ainda segundo a linha de grandeza, seguem-se os "estudos, pareceres e consultadoria" com um total de 100.473,01 euros e que englobam essencialmente os custos com o apoio jurídico no valor de 42.150,00 euros e ainda a elaboração de vários estudos e projetos.

A rubrica "outros trabalhos especializados" que totaliza 159.906,21 euros, regista como despesas mais significativas, o pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAS e ETAR's ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (67.634,51€) e Be Water, Water Value e Ecofibras (29.088,00€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (11.070,00€), os serviços do aeródromo no valor de 5.500,00€ e ainda a licença da Microsoft no valor de 24.248,66 euros e os serviços de medicina e higiene no trabalho no valor de 7.557,40 euros.

O custo com as "Comunicações" no valor de 120.326,10€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet, tem também alguma importância neste bolo, que regista aumento em relação ao ano de 2020.

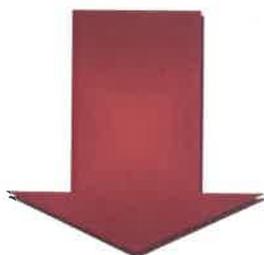
Há ainda outras rubricas com valores menos significativos, como as despesas com "Seguros" relativos a equipamentos municipais no valor de 49.579,09€, os "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 39.226,73 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira

pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2021, com o exercício de 2020, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento expresso a seguir, por rubricas económicas desagregadas, onde a maioria delas registam aumentos significativos:



Limpeza e higiene – 13,26%
Material de transporte – peças – 29,13%
Material de escritório – 70,20%
Alimentação – Géneros p/ confeccionar- 75,35%
Outros – 11,10%



Combustíveis e lubrificantes – 1,72%
Prémios, condecorações e ofertas – 7,88%
Mercadorias para vendas – Águas – 7,55%
Vestuário e artigos pessoais – 40,85%

No que diz respeito à aquisição de serviços e tendo em conta os valores de 2020, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos, na percentagem e principalmente nos valores, sendo que também aqui, a maioria das rubricas, seguiu a tendência de subida:



Vigilância e segurança – 18,30%
Conservação de bens – 19,67%
Outros Serviços – 10,37%
Locação de outros bens – 57,80%



Limpeza e higiene – 3,70%
Outros trabalhos especializados – 4,30%
Estudos, Pareceres e consultadoria- 55,43%
Encargos de instalações- 2,90%

**Quadro dos últimos 4 anos:**

Descrição	2018	2019	2020	2021
Aquisição de Bens	983.421,72	1.052.499,62	767.207,58	851.462,56
Aquisição de Serviços	4.148.404,37	3.924.888,10	3.092.079,10	3.195.525,40
Total	5.131.826,09	4.977.387,72	3.859.286,68	4.046.987,96

JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de juros e outros encargos teve uma variação negativa 60,62 euros, o que corresponde a 4,05% e inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 3,76 euros, os encargos com garantias bancárias (1.383,98€ e ainda 49,80€ de outros encargos á banca.

No seu conjunto foram pagos 1.437,54€, representando um decréscimo face a 2020, resultante da redução da dívida de médio e longo prazo.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Descrição	2021	2020	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa paga	Despesa paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 735 878,92	1 509 481,38	226 397,54	15,00
Administração Central Estado	0,00	7 500,00	-7 500,00	-100,00
Administração Local	982 378,83	815 608,92	166 769,91	20,45
Municípios	31 187,68	26 413,72	4 773,96	18,07
Freguesias	411 560,94	410 913,62	647,32	0,16
Associação de Municípios	539 630,21	378 281,58	161 348,63	42,65
Segurança Social	57 992,76	62 576,10	-4 583,34	-7,32
Instituições Sem Fins Lucrativos	296 788,41	243 376,71	53 411,70	21,95
Famílias	398 718,92	380 419,65	18 299,27	4,81



As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2021, totalizaram 1.735.878,92 euros, valor superior ao do ano anterior em 15,00%, o que corresponde ao valor de 226.397,54 euros e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos. Esta rubrica reflete essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com estas entidades e ainda a rúbrica famílias, que integra os Programas Ocupacionais.

Esta rubrica corresponde a 18,34 % da despesa corrente paga, e a 10,51 % da despesa total, e teve uma execução de 95,73 %, tendo em conta os montantes pagos e orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento considerável na maioria das rúbricas e principalmente no global, apesar de uma diminuição nas transferências para a Segurança Social e o Estado (Agrupamento de Escolas).

A maior fatia foi entregue às Associações de Municípios no montante global de 539.630,21€, que regista um aumento de 161.348,63€ em relação ao ano de 20120, sendo assim, aquela que em termos nominais, registou o maior aumento e destina-se ao pagamento das despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte. Este aumento resulta essencialmente da compensação dos transportes escolares, que agora é gerida através da Comunidade Intermunicipal de Trás-Os-Montes, e que absorve 315.321,28 euros do total, para além do aumento com o custo de funcionamento das associações a que pertencemos.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram

[Handwritten signatures]



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

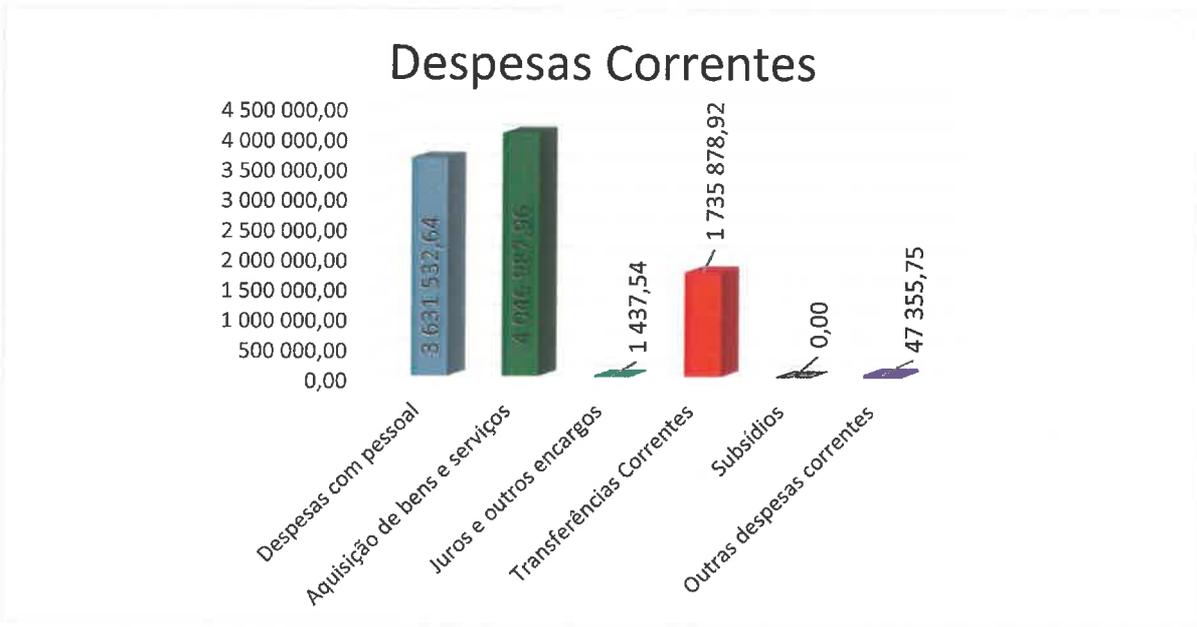
pagos 411.560,94 euros, valor idêntico ao de 2020 e que corresponde à segunda maior fatia deste agregado.

As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, a quem foi distribuído o montante de 296.788,41 euros.

Foram ainda pagos 31.187,68 euros ao Município de Vimioso para gestão do Canil Intermunicipal, valor superior em cerca de cinco mil euros em relação a 2020.

Deste agregado fica para o fim a rubrica "Famílias" que absorve 398.718,92 euros, valor superior ao registado em 2020 em 18.299,27€. Aqui cabem, para além dos contratos de emprego e inserção no valor de 243.556,65 euros, também as despesas com os apoios concedidos para a sanidade animal no valor de 88.053,34€, apoio esse de 75% sobre o valor pago pelos produtores, no apoio à aquisição de livros escolares, o valor 5.603,00€, no apoio à compra de medicamentos o valor de 13.945,60€, entre outros como o apoio ao arrendamento no valor de 16.485,00 euros.

As Despesas Correntes, no valor global de 9.463.192,81€, representam 57,30% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rubricas agregadas no gráfico que se segue.





Nesta componente da despesa de capital, no ano 2021, o valor final orçamentado foi de 12.836.792,00€, dos quais foram pagos 7.053.445,21€, o que correspondeu a uma execução de 54,95%.

Descrição	2021				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	12.014.968,00€	6.422.533,56€	91,06	38,89	53,45
Transferências de Capital	546.207,00€	380.178,59€	5,39	2,30	69,60
Ativos Financeiros	24.883,00€	0,00€	0	0	0
Passivos Financeiros	250.734,00€	250.733,06€	3,55	1,52	100
Outras Despesas de Capital	00€	0,00€	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	12.836.792,00€	7.053.445,21 €	100,00	42,71	54,95
TOTAL DA DESPESA	23.761.792,00 €	16.516.638,02 €			69,51

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital – Valor de investimento e que, excluindo a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano (11.708,28€), coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das **despesas de capital**, a aquisição de bens de capital sofreu um forte acréscimo de 1.860.340,39 euros, o que corresponde a 40,78% face a 2020, refletido no aumento do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 89,25% em 2020, para 91,05% em 2021), aumentando também a sua importância relativa na despesa total (de 32,39%, em 2020, para 38,19%, em 2021).



Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra um aumento da despesa de capital superior a dois milhões de euros, justificado pelo maior volume de receita arrecadada.

Descrição	2018		2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	1.582.488,51	81,18	2.447.047,39	88,69	4.562.193,17	88,69	6.422.533,56	94,41
Transferências de Capital	292.105,23	14,99	262.352,91	9,51	145.320,28	9,51	380.178,59	5,59
Ativos Financeiros	74.648,25	3,83	49.765,50	1,80	0,00	0	0	0,0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento Global	1.949.241,99	100	2.759.165,80	100	4.707.513,45	100	6.802.712,15	100

AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 6.422.533,56€, os compromissos assumidos tenham sido de 11.270.878,16€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução próxima dos 100% e transitar ainda o saldo de 555.720,09 euros.

Investimento Direto

Descrição	2018		2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	2.419,05	0,15	3.326,12	0,14	10.500,00	0,23	151.920,00	2,37
Habitação	0,00	0,00	332.729,92	13,60	411.485,34	9,02	948.153,36	14,76
Edifícios	155.004,84	9,80	246.289,54	10,06	758.437,44	16,62	1.667.548,49	25,96
Construções Diversas	1.130.395,07	71,43	1.423.783,97	58,18	3.005.436,35	65,88	3.334.448,87	51,92
Material de Transporte	79.945,51	5,05	18.000,00	0,74	119.899,16	2,63	85.854,00	1,34
Maquinaria e Equipamento	161.081,07	10,18	301.574,39	12,32	189.337,01	4,15	192.794,68	3,00
Outros	53.602,52	3,39	121.343,45	4,96	67.097,87	1,47	41.814,16	0,65
Investimento Direto	1.582.448,51	100,00	2.477.047,39	100,00	4.562.193,17	100,00	6.422.533,56	100,00

Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rubrica das "Construções diversas" que por si só assume 51,92%, o que corresponde ao valor de 3.334.448,87€. Deste bolo destacam-se o investimento na reformulação do sistema de tratamento das águas residuais de Mogadouro, a remodelação da rede de água e saneamento de Meirinhos, a Requalificação das habitações do ex Bairro do Fundo Fomento – arranjo urbanístico do espaço público envolvente e a repavimentação de arruamentos em Vale de Porco.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor, é o de "Edifícios", de onde se destaca, a reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e exposições, a construção da Cantina Escolar de Mogadouro, a beneficiação da Piscina Municipal Coberta e a EB1 Jardim de Infância – melhoramento das condições térmicas.

Surge logo de seguida o item "Habitação", cujo valor se refere à requalificação das habitações do ex bairro do Fundo de Fomento.

Segue-se por ordem de grandeza o agregado "Equipamento diverso", de onde se destacam as despesas com a aquisição de equipamento diverso como bombas de água, mobiliário e outras de menor valor.

Como a maioria dos agregados, registaram aumento consideráveis, importa também fazer referência à designada por "Material de transportes", com um total de 85.854,00 euros relativo à aquisição de Viatura pesada de passageiros de 22 lugares.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2021, o Município aumentou o valor das transferências de capital em 234.858,31 euros face a 2020, o que corresponde a um aumento de 161,61%. Assim, o montante total de 380.178,59 euros gasto nesta rubrica, contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 5,59% no total da despesa de capital paga, e de 2,3% da despesa total.

Descrição	2021	2020	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	380.178,59	145.320,91	234.857,68	38,22
Privadas	146.214,00	80.512,00	65.702,00	81,60
Freguesias	23.750,00	45.000,00	-21.250,00	-47,22
Associação de Municípios	17.364,22	11.708,28	5.655,94	48,31
Segurança Social	103.681,58	600,00	103.081,58	100,00
Instituições Sem Fins Lucrativos	84.188,79	0,00	84.188,79	100%
Famílias	4.980,00	7.500,00	-2.520,00	-33,60

O valor constante na rubrica "Privadas", regista um forte crescimento, face a 2020, e diz respeito a 50% do apoio à criação de 34 novos postos de trabalho concedidos a empresas e ainda ao pagamento de 25% de outros



51, concedidos já em anos anteriores no valor total de 146.214,00 euros. Este aumento está relacionado com mais 11 apoios concedidos em relação ao ano anterior e o pagamento de mais trinta segundas ou terceiras tranches.

Já o valor pago às Juntas de Freguesia num total de 23.750,00 euros sofreu um pequeno decréscimo em relação a 2020 resultante de três protocolos celebrados, designadamente o valor concedido à freguesia de Castelo Branco para a construção de Casa Mortuária daquela localidade, à freguesia de Azinhoso para construção de Forno Comunitário e à União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane para ampliação de cozinha na Casa do Povo.

No âmbito da Segurança Social, no ano em análise regista-se um forte incremento com a atribuição de 103.681,58€, distribuídos pela Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro e os Centros Sociais de Urrós, Bemposta e Travanca.

Também a rubrica "Instituições sem fins lucrativos" regista um valor considerável na medida em que foram atribuídos subsídios aos Bombeiros de Mogadouro para aquisição de viatura, ao Clube de Caça e Pesca de Mogadouro para ampliação do armeiro, à Fábrica da Igreja de Castro Vicente para obras na Capela e à Associação de Produtores de Castanha de Bruçó para aquisição de calibrador e balança.

As transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 4.980,00 euros, registou um ligeiro decréscimo e foram destinados ao apoio na melhoria de habitação de uma família carenciada.

ATIVOS FINANCEIROS

Não se registou qualquer participação do Município para o FAM – Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto pela concessão de moratórias.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os “Passivos financeiros”, num total de 250.733,06 euros, representam 3,55 do total das despesas de capital em 2021, tendo diminuído 153.390,53 euros face a 2020, e dizem respeito exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município, com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada exclusivamente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2018		2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	697.164,91	99,93	632.626,58	99,95	404.123,59	99,99	250.733,06	99,99
Encargos Financeiros	496,01	0,07	309,61	0,05	19,88	0,01	3,76	0,01
Serviço de dívida	697.660,92	100,0	632.936,19	100,0	404.143,47	100,0	250.736,82	100,0

No final de 2021, o município tinha contratado e em dívida 1 empréstimo, em vez dos 7 de 2020, tendo chegado ao fim, seis da Caixa Geral de Depósitos, transitando para 2022 apenas um da desagregados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – CCAM, com o montante em dívida de 216.505,60 euros.

Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não se registando, qualquer imparidade com as entidades financeiras.

De acordo com o mapa seguinte, pode constatar-se que há desde 2013, uma redução gradual da dívida de médio e longo prazo, resultante de algum esforço feito ao longo dos últimos anos e que nos permite afirmar que a situação está completamente controlada em termos de dívida.

[Handwritten signature]



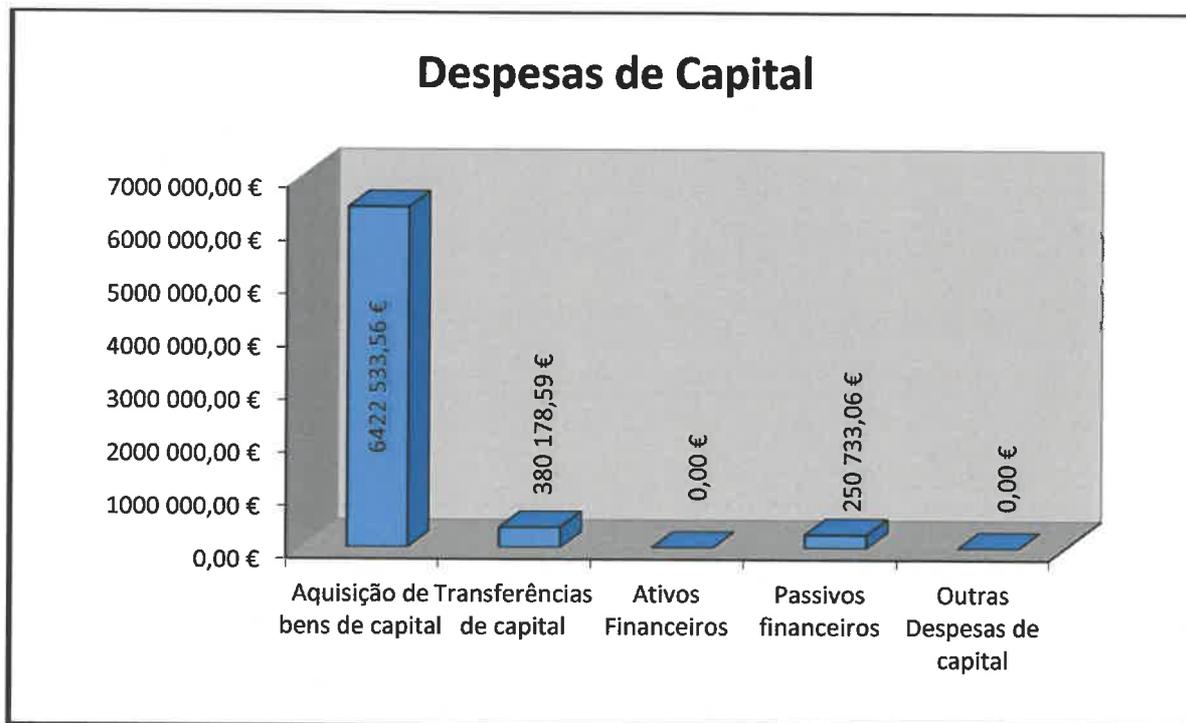
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Prestação de contas 2021

Evolução dos empréstimos bancários			
Ano	Valor em dívida	Variação (€)	Variação (%)
2013	5.013.100,11		
2014	4.313.593,89	699.506,22	13,96
2015	3.611.432,67	702.161,22	16,28
2016	2.906.762,98	704.669,69	19,51
2017	2.201.153,74	705.609,24	24,27
2018	1.503.988,83	697.660,92	31,67
2019	871.362,25	632.936,19	42,06
2020	467.238,66	404.123,59	46,38
2021	216.505,60	250.733,06	53,64

O capítulo das "**Outras despesas de capital**" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta, mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



[Handwritten signatures and initials]



[Handwritten signatures and initials]

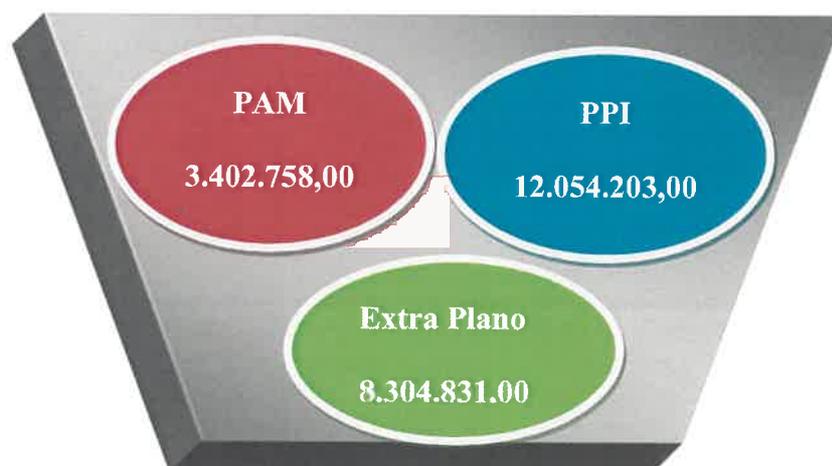
1.2.3. Despesa na ótica dos Planos

Os documentos previsionais das autarquias, são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais e previstos através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:





O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Da análise ao quadro seguinte constata-se, na ótica da despesa paga (9.354.974,02€), que no final do período em análise, a taxa de execução das GOP's foi de 60,52%. No final do ano 2020, o nível de execução tinha sido de 58,81%.

**Repartição por funções -2021**

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2021				
Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro Obj./Prog.	% em relação ao total
1.	Funções Gerais	657 864,32	100,00%	7,03%
1.1.1.	Administração geral	410 487,64	62,40%	4,39%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	247 376,68	37,60%	2,64%
2.	Funções Sociais	5 682 541,85	100,00%	60,74%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	211 569,05	3,72%	2,26%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	312 769,19	5,50%	3,34%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4 249,54	0,07%	0,05%
2.3.2.	Ação social	1 519 477,96	26,74%	16,24%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	2 144 273,91	37,73%	22,92%
2.4.2.	Ordenamento do território	42 883,95	0,75%	0,46%
2.4.3.	Saneamento	908 699,21	15,99%	9,71%
2.4.4.	Abastecimento de água	492 423,97	8,67%	5,26%
2.4.5.	Resíduos sólidos	665 457,78	11,71%	7,11%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	34 809,00	0,61%	0,37%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 490 202,00	26,22%	15,93%
2.5.1.	Cultura	1 170 197,80	20,59%	12,51%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	270 312,20	4,76%	2,89%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	49 692,00	0,87%	0,53%
3.	Funções económicas	1 757 999,60	100,00%	18,79%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	162 689,06	9,25%	1,74%
3.2.	Indústria e energia	300 062,58	17,07%	3,21%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1 226 418,65	69,76%	13,11%
3.3.2.	Transportes aéreos	0,00	0,00%	0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2.	Turismo	68 829,31	3,92%	0,74%
4.	Outras Funções	1 256 568,45	100,00%	13,43%
4.1.1.	Empréstimos	250 786,62	19,96%	2,68%
4.2.	Transferência entre Administrações	1 005 781,83	80,04%	10,75%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		9 354 974,02	100,00%	100,00%

Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município ainda em fase de implementação, assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP. Assim, pode-se quantificar os



objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos verificar, conforme mapa anterior, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais, corresponde a 7,03% do total dos custos, e representam 657.864,32 euros, sendo que este grupo integra a Administração Geral e a Proteção Civil. As funções sociais representam 5.682.541,65 euros, correspondendo a 60,74% dos custos do município. A rubrica da Ação Social contribuiu com 26,74% do total dos custos desta função, ou seja, mais de um milhão e meio de euros, e a do Saneamento contribuiu com 15,99%, que corresponde a 908.699,21 euros.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que apresentam o valor de 1.757.999,60 €, sendo que a soma das rúbricas dos transportes rodoviários por si só, correspondem a 69,76% do total desta função.

A função, "outras funções" tem um valor de 13,43% do valor do total dos custos deste município, que corresponde a 1.256.568,45 euros.

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos em separado a execução do PPI, demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim, as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais assumem de novo a maior percentagem do bolo do PPI, com um valor global de 4.479.142,51 euros, o que representa 69,61% do total e um acréscimo de 1.630.908,71 euros face a 2020.

Neste grupo, são integrados os investimentos em várias áreas, de onde se destacam os valores canalizados para a ação social, mais concretamente

para o projeto e requalificação das habitações do ex Bairro do Fundo de Fomento com o valor de 1.243.256,55 euros.



Figura 1 - Bairro Social

Nos saneamentos, assumem maior relevância, a unificação do sistema de tratamento de águas residuais de Mogadouro, com um total de 859.421,10€ e a remodelação da fossa séptica de Bruçó com um investimento de 49.278,21 euros.



Figura 2 - ETAR Mogadouro

No abastecimento de água destacamos o projeto e remodelação de rede de abastecimento de água, saneamento e pavimentação a Meirinhos

com o valor de 383.336,71 euros, a elaboração dos projetos para remodelação da ETA de Bastelos (26.531,10€) e da rede de águas e saneamentos de Azinhoso.



Figura 3 - Água, saneamento, pavimentação Meirinhos



Figura 4 - Adutora entre a Maneta e o Reservatório do Penedo

Na área da educação, o destaque vai para a construção da Cantina Escolar, que continua em construção e que durante o ano em análise absorveu o valor de 304.289,79 euros e ainda ao melhoramento de

condições térmicas da EB1 e Jardim de Infância, para onde foram canalizados 211.569,05 euros.



Figura 5 - Cantina Escolar

No subtítulo da Cultura, o maior investimento foi direcionado para o projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições, onde durante o ano de 2021, foram gastos 879.381,72 euros e que se encontra em estado avançado de construção, e ainda a rede de Castros – Valorização e conservação do Castelo dos Mouros e do Castelo de Oleiros, com um investimento de 101.793,98 euros.



Figura 6 - Parque das Feiras

Já na área do desporto, recreio e lazer, foi concluída a beneficiação da Piscina Municipal Coberta, onde foram gastos 221.824,32 euros.



Figura 7 - Piscina Coberta

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, ficam em segundo por ordem de grandeza, registando em termos globais um total de investimento de 1.543.406,29 euros, que corresponde a 23,99% do bolo geral, e também superior ao registado no ano de 2020 em 139.478,41 euros. Deste total, destacam-se os 1.226.418,65 euros gastos na rubrica “Transportes Rodoviários”, onde as obras de repavimentação de arruamentos em Vale de Porco (265.801,59€, a beneficiação e retificação da E.M.593 entre Remondes e a E.N.216 (212.594,53€) e a repavimentação de arruamentos em Paradela com 186.679,64 euros absorvem a maior fatia.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Figura 8 - E.M. 593 entre Remondes e a E.N.216

De realçar também ainda neste grupo de funções, a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones (EPVARA), que durante o ano de 2021, teve um investimento de 162.689,06 euros, bem como a empreitada para redução do consumo de energia na iluminação pública do Concelho com a despesa de 142.140,30 euros.

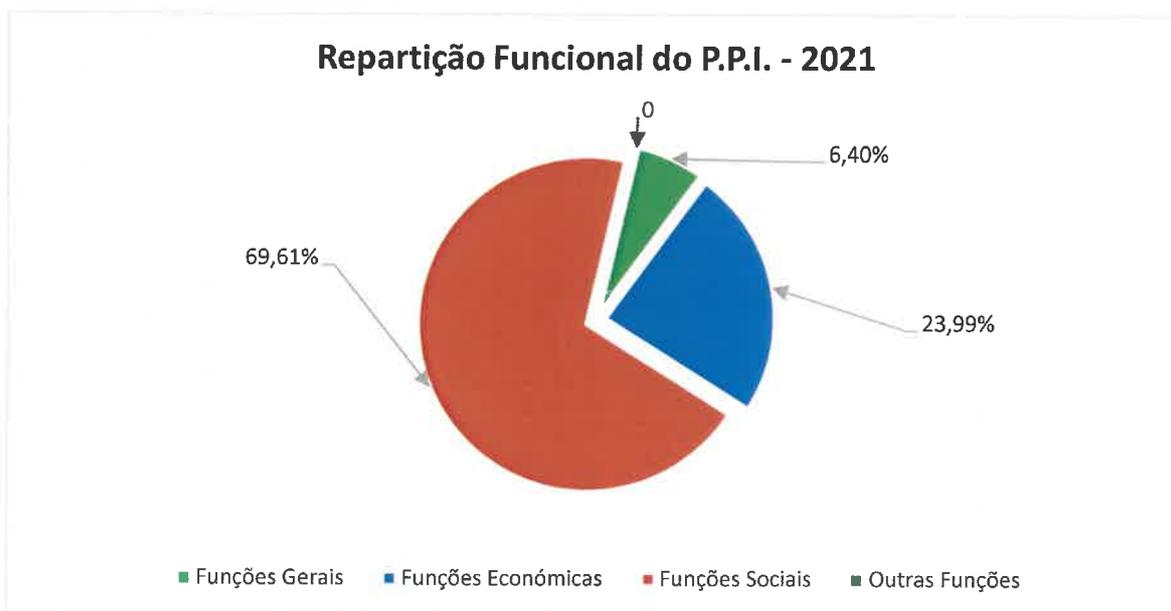


Figura 9 - EPVARA

FUNÇÕES GERAIS

O valor pago com as Funções Gerais, superior ao de 2020 em 89.953,27 euros, totalizou 411.693,04 euros e representa 6,40% do total, sendo que, a Administração Geral absorveu quase a totalidade do valor com 410.487,64 euros. Neste agregado destacam-se os investimentos efetuados com a aquisição de terrenos no valor de 151.920,00, a aquisição de viatura de passageiros pelo valor de 85.854,00 euros e a modernização e informatização de serviços com 81.834,46 euros.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:



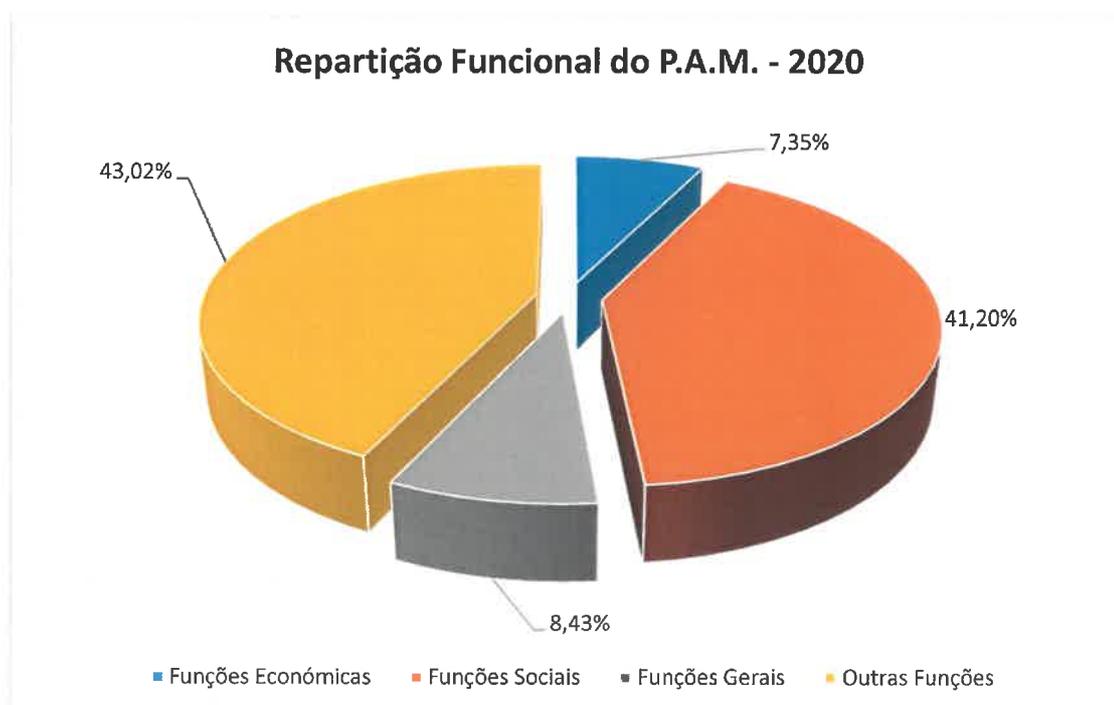
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

A dotação da despesa prevista em **Plano de Atividades Municipais – PAM** (dotação inicial), ascendia a **3.696.398,00€**, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas, e outras que, entretanto, surgiram.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do **PAM** fosse no final do ano de **3.402.758,00€**, atingindo no fim, uma taxa de execução de 85,83% e que corresponde ao valor de 2.920.732,18€, significando que o Município aumentou, a execução das atividades mais relevantes em 276.752,27 euros, comparativamente ao ano anterior ao que não é alheio a redução de restrições impostas no combate ao COVID 19.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do **PAM** por classificação funcional ao longo do ano de 2021.



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2021, foi o grupo das "**Outras funções**" com o total de 1.256.568,45 euros, onde se destaca a rubrica de "Transferências entre Administrações" no total de 1.005.781,83€, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do



Concelho, conforme mapa seguinte e as "operações de dívida autárquica" com pagamentos de 250.786,62 euros.

Transferências para as Juntas de Freguesia			
Entidades	Transferências		
Freguesias	Correntes	Capital	Total
Azinhoso	21.093,91	3.750,00	24.843,91
Bemposta	36.302,64		36.302,64
Bruçó	10.095,27		10.095,98
Brunhoso	11.439,20		11.439,20
Castelo Branco	24.497,64	10.000,00	34.497,64
Castro Vicente	21.734,23		21.734,23
Meirinhos	15.545,48		15.545,48
Paradela	12.842,40		12.842,40
Penas Roias	22.574,98		22.574,98
Peredo de Bemposta	13.483,88		13.483,88
Saldanha	17.169,12		17.169,12
São Martinho do Peso	28.263,83		28.263,83
Tó	9.555,93		9.555,93
Travanca	12.882,38		12.882,38
Urrós	17.166,99		17.166,99
Vale da Madre	8.814,88		8.814,88
Vila de Ala	19.571,86		19.571,86
União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane	20.532,61	10.000,00	30.532,61
União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei	40.619,79		40.619,79
União de Freguesias de Remondes e Soutelo	24.437,96		24.437,96
União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	22.935,96		22.935,96
Ministério das Finanças	13.240,30		13.240,30
TOTAIS	424.801,24	23.750,00	448.551,24



De referir o valor de 13.240,30 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos, e ainda o valor de 1.602,94 euros relativo ao recenseamento eleitoral.

Em segundo lugar com 1.203.399,14€ e uma taxa de execução de 76,41%, surgem as "**Funções Sociais**", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ação sociais, a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um crescimento de 209.915,51€ em relação a 2020.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos, onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos à limpeza e recolha de lixo, que por si só totalizam 641.121,86€ e correspondem a 53,28% deste agregado, a "Ação Social" com 276.221,41€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 161.674,34€, e ainda ao apoio à compra de medicamentos e habitação social no valor de 13.945,60€ e 4.980,00€ respetivamente e ainda os 42.493,30€ gastos no Espaço Mais. Deve aqui destacar-se também, o valor de 21.974,51 euros gastos com o Fundo de Emergência.

Para os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" foram 273.326,93€, desagregados pelos setores da "Cultura" 189.022,10 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 176.188,79€ e pelo "Desporto, Recreio e lazer" com 34.612,83 euros.

Este agregado regista valores superiores em mais de 100% em relação ao ano de 2020, especialmente pelo apoio ao investimento de diversos organismos com os Bombeiros Voluntários de Mogadouro.

As "**Funções Gerais**" surgem em terceiro lugar com um total de 246.171,28€, o que representa 8,43% do total do Plano das Atividades Municipais.



O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 95,90%, foi transferido na totalidade aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 118.375,95 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 127.795,13 euros.

As "**Funções Económicas**", com 214.593,31€ surgem em último lugar do total gasto (7,35%) e com uma taxa de execução de 81,79%. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 146.214,00€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio à criação de emprego que quase duplicou em relação ao ano anterior e 68.379,31€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição foi feita essencialmente pela manutenção da rede de percursos pedestres (6.540,25€) e no planeamento, promoção e divulgação turística (45.037,95€).

Mais uma vez se destaca e pelas razões já bem conhecidas, a não realização de vários eventos como a Feira dos Gorazes, o festival da Terra Transmontana, o concurso de bovinos entre muitos outros.

IV. Linhas de Intervenção

1. Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) um "organismo vivo", um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e, deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promoveu, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.

Neste sentido, realizaram-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc), no **ano de 2021**, diversas e variadas atividades:

Horas do Conto e Leituras Seniores (**43**); Ateliês de Expressão Plástica (**31**); Outros Ateliês (**8**); Mostras Bibliográficas (**18**); Exposições Diversas (**1**);



Várias Formações (**5**); Apresentação de Livros e/ou Encontros com Escritores (**10**), Ateliês de Promoção de Leitura (**7**) e Visitas Guiadas, Concursos de leitura, Feira do Livro, Espetáculos diversos, Horas do DVD, Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, entre outras atividades (**17**).

A referida Instituição concretizou, então, no total, **140** (cento e quarenta) atividades. Muitas das atividades, devido à pandemia e ao encerramento das instalações da BMTC, foram realizadas online através de várias plataformas.

No ano em análise, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) esteve aberta ao público **195** (cento e noventa e cinco) dias e foi visitada por **5.022** (cinco mil e vinte e dois) Utilizadores/Leitores, o que significa que a referida Instituição, em média, por dia, foi visitada por cerca de **26** (vinte e seis) **peessoas** (25,75).

Realizou **3.424** (três mil cento e quatrocentos e vinte e quatro) pedidos de empréstimo domiciliário.

Inscreveram-se, como Utilizadores, cerca de **37** (trinta e sete) novas pessoas.

Usufruíram, ao longo do ano em análise, dos Serviços TIC da Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC), **333** (trezentos e trinta e três) pessoas.

Adquiriu, ainda, diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de **5.239,35 €** (cinco mil duzentos trinta e nove euros e trinta e cinco cêntimos).

Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade (concelho de Mogadouro) e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.



Ainda nesta área, apesar das interrupções provocadas pela pandemia, no Centro de Interpretação do Mundo Rural:

- Exposição de cogumelos silvestres com uma participação de 156 visitantes;



- Visitas guiadas com 802 visitantes;
- Apresentação de 56 cantigas de Portugal em vídeos com 254 participantes;
- Construção de peças em barro com 185 participantes;
- Realização dos jogos tradicionais onde participaram 69 pessoas;
- Atelier de pintura com 8 participantes;
- Concurso de postal ilustrado com 88 participantes;
- Concurso "Natal numa quadra" com 69 participantes;
- Os jogos didáticos com 193 participantes.



- Na Casa da Cultura para além da cedência das instalações a entidades que o solicitaram, começaram de novo a passar filmes do cinema, tendo—se registado e só nos últimos dois meses do ano, a presença de 1058 pessoas, para além do teatro de Natal do 1º Ciclo que contou com 300 participantes;

Nas aulas de inglês foram também promovidas diversas atividades ao longo do ano como:

- ✓ Férias em Movimento Páscoa/2021 com crianças dos 6 aos 12 anos de idade;
- ✓ Dia Mundial da Criança com 320 participantes;
- ✓ Férias na escola - Verão 2021 com 57 participantes;
- ✓ Férias em Movimento-Verão 2021 (Bemposta + Mogadouro) com 136 participantes;
- ✓ Férias na Escola - Natal 2021 (Bemposta + Mogadouro) com 26 participantes;
- ✓ Halloween 2021 com 210 participantes;



- *Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;*
- *Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;*
- *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares, a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*

2. Saúde e Qualidade de Vida

- *Durante o ano de 2021, no universo de 69 pedidos procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 60 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 13.945,60 euros;*



- Suportamos a despesa de 55.795,33 euros com deslocações efetuadas diariamente ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, com doenças do foro oncológico ou outras que não sofrendo desta patologia, aproveitaram a boleia da viatura que ainda tinha lugares disponíveis. Alguns munícipes realizaram várias deslocações no ano.
- No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social, com um total gasto de 4.249,54 euros;
- Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;

3. Desporto

- Apoiámos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;
- Realizámos o Torneio anual de Ténis com 24 participantes;
- Promovemos aulas de grupo – Fitness com 180 participantes;
- Funcionaram as escolinhas de futebol petizes e bãmbis com 125 e 56 participantes respetivamente;
- O ginásio que, acompanhados por técnicos da especialidade, durante o tempo possível, teve a participação de 2.645 utentes;
- Contratámos uma empresa de prestação de serviços para monitorização e manutenção de oito percursos pedestres de pequena rota do Concelho de Mogadouro.

4. Ação social

- No Espaço Mais ao longo do ano de 2021 promoveram—se diversas atividades com os utentes, designadamente a execução de pequenas

tarefas domésticas, jogos lúdicos e pedagógicos, atividades de animação entre muitas outras.



- *Apoiámos 9 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações, pagando também a mais 3 famílias moradoras do ex bairro do Fundo Fomento para obras de beneficiação nas suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de uma família com dificuldades financeiras, com grandes reparações na sua habitação no valor de 4.980,00 euros;*
- *Apoiámos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia através da celebração de protocolos;*
- *Foram atribuídos vários cabazes de Natal a famílias mais carenciadas;*

5. Segurança

- *Apoiamos e o acompanhamos da Comissão Municipal de Proteção Civil;*



- Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;
- Acompanhámos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança.

6. Património Cultural

- Identificam-se como instrumentos do regime de valorização, o inventário geral do património cultural, instrumentos de gestão territorial, parques arqueológicos, os programas e projetos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, assim como programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens. Programas e projetos de divulgação, sensibilização e animação de formação específica e contratualizada, bem como programas de voluntariado. Programas de apoio à ação educativa e programas de aproveitamento turístico. Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as coleções visitáveis constituem igualmente instrumentos de valorização dos bens culturais. E por último os planos e programas de aquisição de bens culturais e permuta dos mesmos. Assim, pela Sala Museu e serviços de Arqueologia, foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam:

- Classificação da Muralha de Bemposta;
- O Projeto de valorização dos Castelos dos Mouros e de Oleiros;
- Participação na Bienal ibérica de Património Cultural na modalidade de expositores em Stand Digital;
- Por força da pandemia, nos meses de janeiro a março esteve encerrado ao público, no entanto o Museu no período restante recebeu 1043 visitantes, a Igreja do Convento de S. Francisco recebeu 394 e a Zona Histórica de Mogadouro teve 177 visitantes, em todos os casos acompanhados pelos técnicos da Sala Museu e Arqueologia.



7. Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

Atividades realizadas no ano de 2021 pelo Gabinete de Inserção Profissional:

- Atividades com o objetivo de complementar a atividade do serviço público de emprego, numa lógica de proximidade, garantindo o desenvolvimento das ações contratualizadas com os serviços de emprego;
- Reforçar o apoio ao desenvolvimento do percurso de inserção ou reinserção profissional dos desempregados;
- Promoção do acesso às oportunidades educativas e formativas e desenvolver uma atitude empreendedora de abordagem ao mercado de trabalho;
- No primeiro trimestre de 2021 foi realizada 1 sessão coletiva de informação para desempregados subsidiados sobre Direitos e Deveres;
- Foram realizadas ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora, tendo participado 10 utentes em tutoria na procura de emprego (individual);
- Foram realizados 11 contactos com as entidades empregadoras e futuros empregadores para a divulgação de medidas e instrumento de apoio ao emprego. Daqui resultaram a captação de três postos de trabalho, registando no *iefponline* as respetivas Ofertas de Emprego;
- Foram apresentados a ofertas de emprego 19 utentes e colocado 1 com contrato normal de trabalho;
- 16 utentes foram encaminhados para ações de formação e medidas de emprego submetidas naquele Gabinete, nomeadamente candidaturas a Estágio Incentivo ATIVAR. PT e contrato Emprego Inserção +. As respetivas candidaturas e procedimentos são sempre acompanhadas e é informada a entidade aquando da sua alteração



na plataforma *lefponline* e medidas a tomar para concretização das mesmas;

- No segundo trimestre foram realizadas três sessões coletivas de informação sobre as medidas ativas de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação, duas à população em geral e uma direcionada para jovens;
- Foram também realizadas 3 sessões de técnicas de procura de emprego e 9 pessoas em tutoria na procura de emprego individual;
- No quarto e último trimestre foram realizadas nove sessões de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação duas das quais direcionadas a jovens para divulgar o regime de Voluntariado e Contrato no Exército Português.
- Realizaram-se duas ações de técnicas de procura de emprego e estiveram 8 pessoas presentes em tutoria individual na procura de emprego.
- Foram captados 4 postos de trabalho, apresentados 12 utentes e colocado 1 desempregado numa Oferta de trabalho. Forma realizados 15 contactos com entidades.

Ainda nesta área de atuação, durante o ano findo:

- *Atribuiu-se o valor total de 146.214,00 euros para apoio à criação de 34 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 51 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal;*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com o pagamento de 75% dos custos suportados por estes com a vacinação animal traduzido num custo de 88.053,34€.*

- Com as campanhas de Natal e Páscoa foram também concedidos apoios aos comerciantes locais no valor de 22.104,51 euros, como forma de combater a crise provocada pela pandemia.

V. QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos

Estando a decorrer o Programa Operacional "Norte 2020", importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que face aos atrasos verificados no programa, o período foi alargado de forma a concluir os projetos em fase de construção e outros ainda em fase inicial. Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.

<i>Data</i>	<i>Designação</i>	<i>Comparticipação</i>	<i>Recebido no Ano</i>	<i>Recebido Acumulado</i>
10/08/2018	Reabilitação de edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho – adaptação a cantina escolar	1.185.195,27€	329.745,46€	329.745,46€
22/10/2020	EB1 e Jardim de Infância – Melhoramento de condições térmicas	90.784,16€	0€	€
10/07/2020	Construção de abrigos para paragens de autocarros	70.422,04€	52.955,87€	52.955,87€
20/07/2018	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	1.874.615,45€	840.176,92€	1.420.292,75€
30/05/2018	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	1.295.248,66€	916.759,98€	1.523.692,45€



Prestação de contas 2021

21/12/2018	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	683.558,72€	210.928,38€	215.023,48€
19/03/2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	138.700,00€	0€	0€
04/12/2020	Sabor Lake Resort – Projeto Arquitetura	40.737,60€	8.136,45€	8.136,45€
03/10/2019	Reabilitação energética e funcional do Edifício da Piscina Coberta de Mogadouro	127.687,02€	77.507,32€	121.302,67€
02/07/2019	Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	271.740,78€	116.512,50€	125.553,03€
02/07/2019	Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	39.975,00€	30.135,00€	34.901,25€
04/12/2020	Lagos do Sabor – Ligação da E.M.593 a Paradela -Beneficiação e Retificação da E.M.593 entre Remondes e a E.N.216	127.515,42€	29.439,96€	29.439,96€
18/03/2021	Qualificação e ampliação da AAE Mogadouro- Expansão da II fase do Loteamento Industrial de Mogadouro	750.000,00€	0€	0€
Totais		6.696.180,12€	2.612.297,84€	3.861.043,37€

O quadro anterior, reflete os projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.

No final do ano 2021, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 6.696.180,12€, o que correspondia a um volume de investimento muito superior, na medida em que o máximo de participação é de 85%, havendo outras que são financiadas em apenas 50%.-. De referir que, alguns deles vêm já de anos anteriores, outros há que estão concluídos e aguardam apenas o fecho do projeto e há ainda os que não têm qualquer execução financeira.



De acordo com o quadro apresentado, pode verificar-se que no final de 2021, o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de 2.835.136,75€, que serão recebidos contra a apresentação da despesa realizada, podendo afirmar-se que no final do ano muita dessa despesa enviada, ainda não tinha sido recebida a respetiva comparticipação.

De referir que ao longo do ano de 2021, houve períodos em que o valor da comparticipação aumentou para 100% para obtenção de objetivos a nível nacional, pelo que nalguns casos o valor recebido pode ser superior ao valor aprovado no termo de aceitação.

VI. Endividamento

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.

Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada



Handwritten signature

Handwritten signature

município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do **Programa de Assistência Económica e Financeira**.

A entrada em vigor da nova **Lei das Finanças Locais** (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de **dívida total** de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o nº 1 do art.º 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Com a publicação da Lei 35/2020 de 13 de agosto, no artigo segundo, as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 são alteradas como medida excecional de combate à pandemia da doença COVID-19, suspendendo os limites ao endividamento estabelecidos na alínea b) do nº. 3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.



No entanto, tendo em conta os dados fornecidos pela Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, no caso do município de Mogadouro, **o limite de endividamento para o ano de 2021** era de 17.979.048,00 euros, conforme retratamos no quadro seguinte:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2018	2019	2020	Total		
11.551.248€	11.581.232€	12.825.617€	35.958.097€	11.986.032€	17.979.048€

Sendo a capacidade de endividamento de 17.979.048€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2021	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
17.979.048	01 – janeiro – 2021				
	1.111.808	84.174	623.540	16.673.617	3.334.723
	31 – dezembro – 2021				
	1.128.996	45.612	373.358	17.605.690	3.521.138
Variação da dívida total					-40,14%

Apesar da DGAL não ter feito este apuramento, considerando o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 45.612 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 17.605.690€ (17.979.048 – 373.358).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem

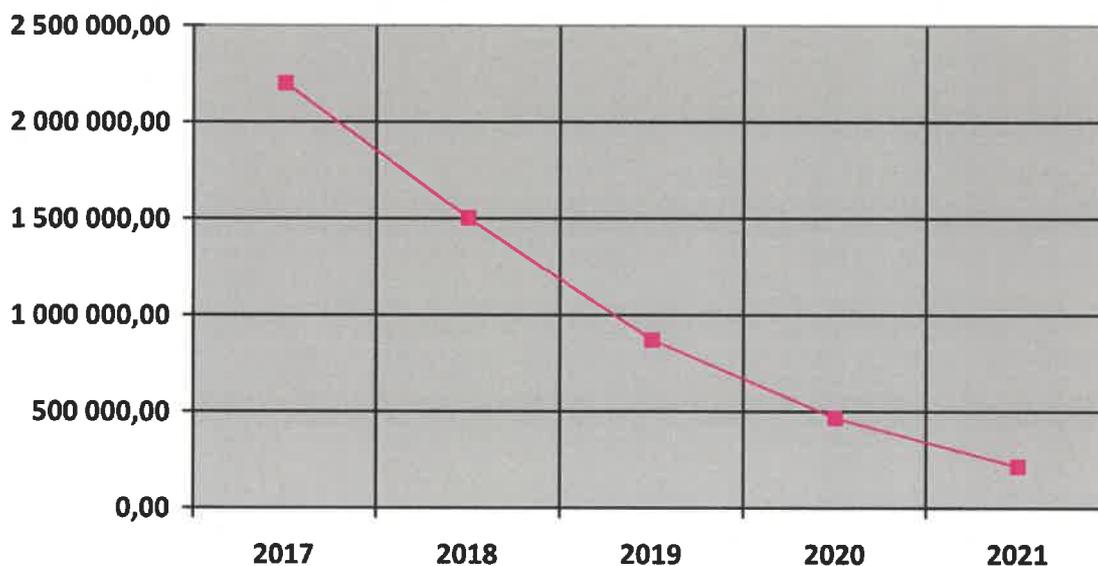


disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderíamos ter aumentado a dívida em 3.521.138€ (17.605.690€ x 20%).

Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2017	2018	2019	2020	2021
Total Capital em dívida de MLP	2.201.153,74	1.503.988,83	871.362,25	467.238,66	216.505,60

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2017 e 2021, foram amortizados 1.984.648,14€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 91%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.



Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2021, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 28.379,36€. A 31 de dezembro de 2020, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 34.188,35€. Mais uma vez, o valor da dívida de curto prazo é praticamente nulo, e não foi por falta de disponibilidade financeira que a



mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos, atendendo a que a dívida é inconstante de acordo com a data de entrega da faturação. No final do ano, registava-se também o valor de 52.402,37 euros de faturas em receção e conferência.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O **prazo médio de pagamentos** que este ano, não foi divulgado pela DGAL, mantém-se idêntico ao verificado no ano transato.

VII. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 3.362.424,54€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 135,53%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Receita Corrente Cobrada Bruta	Despesa Corrente 2020	Amortização Média de Empréstimos MLP	Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP
12.839.516,75€	9.463.192,81€	685.751,31€	10.148.944,12€



VIII. Análise Patrimonial

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura conceitual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.

Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O Município de Mogadouro atingiu em 2021 o valor de 69.244.923,13 euros, o que significa um crescimento de 1.696.156,46 euros face ao ano anterior, o equivalente a 2,51%.

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo, sendo certo que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP, a opção prevista na IPSAS 33, que não obrigava as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, por implicar a perda de comparabilidade entre os anos de 2019 e 2020, é agora retomada com as demonstrações financeiras de 2021.



Handwritten initials and numbers: "I" and "87".

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os Gastos e os Rendimentos dos serviços.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar e corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e



de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia.

Balanço

ATIVO	2021	2020	Variação
Ativos fixos tangíveis	60.489.848,91€	59.990.823,55€	0,7%
Propriedades de investimento	1.705.382,60€	1.748.586,33€	-2,5%
Ativos intangíveis	32.688,36€	31.164,06€	4,9%
Participações financeiras	3.740,98€	3.740,98€	0%
Diferimentos	0€	1.760,93	-100%
Outros Ativos Financeiros	447.889,50€	447.889,50€	0%
Ativo não Corrente	62.679.550,35€	62.223.965,35€	0,7%
Inventários	47.891,76€	154.863,46€	-69,1%
Clientes, contribuintes e utentes	177.374,00€	113.916,37€	55,7%
Estado e outros entes públicos	38.571,66€	38.093,11€	1,3%
Outras contas a receber	0€	7.254,38€	-100%
Diferimentos	121.039,77€	52.195,54€	131,9%
Caixa e depósitos	6.180.495,59€	4.958.478,46€	24,6%
Ativo Corrente	6.565.372,78€	5.324.801,32€	23,3%
TOTAL DO ATIVO	69.244.923,13€	67.548.766,67€	2,5%



Património Líquido e Passivo	2021	2020	Variação
Total do Património Líquido	67.545.554,08€	65.929.421,13€	2,4%
Património/Capital	16.067.419,56€	16.067.419,56€	0
Resultados Transitados	10.510.711,29€	13.163.791,90€	-20,2%
Outras variações no Património Líquido	42.696.026,32€	39.327.280,52€	8,6%
Resultado Líquido do Exercício	-1.728.603,09€	-2.629.070,85€	-34,25%
Total do Passivo Corrente	1.699.369,05 €	1.619.345,54€	4,9%
Fornecedores	86.590,72€	24.929,03€	247,3%
Estado e outros entes públicos	39.792,96€	43.125,30€	7,7%
Financiamentos obtidos	216.505,60€	467.238,66€	-53,7%
Fornecedores de investimento	0€	2.730,00€	-100%
Outras contas a pagar	1.356.479,77€	1.081.322,55€	25,4%
Total do Património Líquido e Passivo	69.244.923,13€	67.548.766,67€	2,5%

Os ativos fixos tangíveis representam 87,4% do total do ativo e registaram um crescimento de cerca de meio milhão de euros, que resulta sobretudo do valor das amortizações e das reversões efetuadas, ter sido inferior ao valor das obras efetuadas e bens adquiridos.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 4.958.478,46 euros em 2020 para 6.180.495,59 euros em 2021. Este bom momento é refletido também no passivo, com uma diminuição da dívida de Financiamentos obtidos, que baixaram dos 467.238,66 euros em 2020, para os 216.505,60 euros em 2021.

Em relação ao passivo, o Município de Mogadouro fechou o ano com um valor de 1.699.369,05 euros, sendo constituído na totalidade por passivo corrente.

O total do Património Líquido do Município é agora de 67.545.554,08 euros, o que traduz um acréscimo de 1.616.132,95 euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, do aumento do valor dos Resultados Transitados.



1.2. Análise à Demonstração de Resultados

A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de rendimentos e gastos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.

Demonstração dos Resultados

Rubricas	DATAS	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	1 093 319,90€	1 010 657,40 €
Vendas	267 904,26€	184 838,10 €
Prestações de serviços e concessões	732 721,32€	464 519,38 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 728 823,28€	9 058 586,80 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0€	3 409,09 €
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-477 947,06€	-434 587,93 €
Fornecimentos e serviços externos	-3 580 632,33€	-3 399 757,29 €
Gastos com pessoal	-3 745 881,38€	-3 636 894,62 €
Transferências e subsídios concedidos	-2 116 826,14€	-1 654 708,60 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 639,98€	-1 027,03 €
Outros rendimentos	2 332 191,42€	2 533 321,14 €
Outros gastos	-87 677,09€	-445 883,31 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 139 356,20€	3 682 473,13 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 865 661,57€	-6 309 525,56 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-1 726 305,37€	-2 627 052,43 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,04 €
Juros e gastos similares suportados	-2 297,72€	-2 018,46 €
Resultado antes de impostos	-1 728 603,09€	-2 629 070,85 €
Resultado líquido do período	-1 728 603,09€	-2 629 070,85€



Pela diferença entre as rubricas de rendimentos e as rubricas de gastos que ocorreram ao longo do exercrcio de 2021, apura-se o resultado do exercrcio (**Rendimentos – Gastos = Resultados**).

O **Resultado Lquido do Perodo** cifrou-se no valor negativo de **1.728.603,09€**, menos 34,3% do que o registado em 2020.

Analisada a estrutura da **Demonstrao de Resultados**, no global, verificam-se algumas alteraoes na repartioo do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nvel de "Gastos", quer ao nvel do "Rendimentos".

Em termos globais, comparando **Rendimentos** com **Gastos**, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram inferiores aos segundos, cuja diferença  traduzida por um **Resultado Lquido do Exercrcio** negativo, como já foi dito.

Na rubrica de **rendimentos**, denota-se:

- Um aumento de **8,18%**, na rubrica de "Impostos, contribuioes e taxas resultado do aumento na liquidaao do imposto municipal sobre as transmissoes onerosas de imoveis;
- um aumento de **7,4%**, na componente de Transferencias e Subsrdios correntes obtidos, decorrente, grosso modo, da alterao do valor do Fundo de Equilbrio Financeiro corrente;
- Verifica-se um forte crescimento de **57,7%**, na componente "Prestitao de servicoes e concessoes", resultante essencialmente da cobrança de água, saneamento e resduos bem como das respetivas tarifas de disponibilidade que durante alguns meses do ano anterior foram isentados por força da pandemia.

Na rubrica de **gastos** regista-se:

- Aumento de **27,93%**, na rubrica "transferencias e subsrdios concedidos", decorrente de acrescimo do valor das transferencias para Associao es de Municrdios e para Instituio es sem fins lucrativos;



- Aumento dos "Fornecimentos e Serviços Externos" em 5,32% motivado pelo aumento dos custos com eletricidade e conservação e reparação de bens;
- Aumento de 9,98% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas"
- Aumento de 3,00% nos "Gastos com o Pessoal", relacionado com os vencimentos e seus custos associados como a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações;
- Diminuição em 7%, na rubrica "gastos de depreciação e amortização", e também na de "outros gastos", de caráter residual, com 80,3%, na medida em que contrariamente ao ano anterior não se registaram abates de ativos.

IMPACTOS COM O COVID 19

A pandemia provocado pelo COVID 19, teve um impacto significativo na gestão do Município, na medida em que foi necessário alterar a organização laboral como a obrigatoriedade da implementação do teletrabalho, a perda de receita por isenção de determinadas taxas, mas também custos associados com a minimização dos efeitos provocados pela mesma que totalizavam no final do ano o valor de 262.405,41€, sendo que apenas 68.608,34€ dizem respeito a 2021.

ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES APÓS O RELATO

A recente invasão à Ucrânia, provocou um forte impacto socio económico negativo à escala mundial, aliado à recente subida generalizada do nível médio dos preços de produção e distribuição, nomeadamente com o agravamento dos custos com os combustíveis, a energia e alimentação por se tratar de um dos maiores produtores mundiais. Em resposta direta a este flagelo humanitário, o município desencadeou um conjunto de ações, nomeadamente através da constituição após a data de encerramento do exercício de 2021, de um fundo de apoio municipal



destinado aos refugiados da guerra. Em contexto de grande incerteza nos mercados internacionais, com a subida de inflação, a ameaça de estagflação e antevendo-se uma subida da taxa de juro de referência, o panorama sócio-económico não parece favorável a um crescimento económico pré pandémica, mas antes a um agravamento das dificuldades económicas das famílias com a necessária resposta do serviço publico.

Proposta de Aplicação dos Resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do ano de 2021, o resultado líquido negativo de 1.728.603,09€, valor evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados, que deveria ser coberto pelas reservas, como as mesmas não estão constituídas, o Órgão Executivo propõe que os resultados negativos transitem em conta, à semelhança dos resultados de anos anteriores.